



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 067

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ERON ABOUD**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Caíto Quintana*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Pedro Ivo*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 067**

### **66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 13

Comunicado ..... 13

Indicações ..... 13

Requerimentos ..... 15

Projetos de Lei ..... 19

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 22

Dep. Tadeu Veneri..... 24

Dep. Rosane Ferreira ..... 24

Dep. Rafael Greca..... 25

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch.....26

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati .....22

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....28

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch .....29

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....33

Discussão/Votação

Redação Final .....34

2ª Discussão .....34

1ª Discussão .....35

Requerimentos .....45

**Encerramento da Sessão .....45**

#### **Publicações Administrativas:**

Diretoria de Apoio Técnico

Pregão Eletrônico.....46

### **DIÁRIO Nº 067**

### **66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**21 DE JUNHO DE 2010**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Teruo Kato.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Wilson Quinteiro (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk, Caíto Quintana, Chico Noroeste,

Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost e Waldyr Pugliesi (11)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 061/10

Curitiba, em 17/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única, denominada Carreira Técnica de Extensão Rural e em cargo único, denominado de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A medida ora proposta visa garantir o futuro do Serviço Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a criação do quadro próprio e carreira dos servidores estatutários, e com o estabelecimento de carreira digna e justa para os servidores.

É importante destacar que essa legislação proposta está quase que inteiramente baseada e isonômica com a existente para o IAPAR, já testada e aprovada, e segue as regras e particularidades referentes ao funcionalismo público do Estado do Paraná, sem criar privilégios ou tratamentos diferenciados.

A aplicação da nova carreira beneficiará imediatamente e diretamente 702 servidores, com um impacto financeiro mensal de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), o que representa um acréscimo de 13,5% sobre a atual folha de pagamento do Instituto EMATER, já com os encargos sociais.

Considerando que a folha de pagamento do Instituto EMATER representa cerca de 0,5% do total do Estado, esse acréscimo significa um impacto de apenas 0,055% sobre o total do Estado.

Por último, solicito que a matéria seja apreciada em regime de urgência, na forma do parágrafo 1º, do artigo 66, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica instituído o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica Rural - EMATER, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única, denominada Carreira Técnica de Extensão Rural e em cargo único, denominado de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural.

### **Capítulo I**

#### **Do Dimensionamento e da Estrutura da Carreira**

Art. 2º A Carreira Técnica de Extensão Rural é composta pelo cargo de Agente de Assistência e Extensão, estruturada em cinco (5) classes, cada uma subdividida em três (3) séries de classes, composta de funções singulares e multiocupacionais agregadas, que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 1º Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público.

§ 2º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo.

§ 3º Função singular é aquela em que o ingresso exige escolaridade específica, de acordo com a classe de ocupação.

§ 4º Função multiocupacional é aquela em que o ingresso pode ser associado a várias escolaridades, de acordo com a classe de ocupação.

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade, de acordo com as exigências de trabalho.

§ 6º Série de classes é a subdivisão da classe de acordo com a crescente exigência de complexidade ocupacional da função, dentro da mesma classe, de acordo com a escolaridade ou atribuições exigidas para a série de classe.

Art. 3º As funções componentes do Cargo de Assistência e Extensão, com o dimensionamento do

número de vagas encontram-se dispostas na forma do Anexo I desta lei.

Art. 4º A carga horária do Cargo de Agente de Assistência e Extensão é de 40 (quarenta) horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento constante do Anexo III desta lei.

Parágrafo Único. Na tabela de vencimentos são aplicados os seguintes percentuais de evolução:

I - de 5% (cinco por cento) da primeira para a segunda referência salarial de cada série de classe e de 3% (três por cento) entre cada uma das demais referências salariais;

II - de 62% (sessenta e dois por cento) entre as séries de classe OP1 e AD1;

III - de 62% (sessenta e dois por cento) entre as séries de classe AD1 e TE1;

IV - de 33% (trinta e três por cento) entre as séries de classe TE1 e TT1;

V - de 27% (vinte e sete por cento) entre as séries de classe TT1 e SP1.

Art. 5º A jornada de trabalho de servidores que atuam em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos obedecerá à legislação específica vigente.

Art. 6º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, da escolaridade e cursos aceitos, jornada e demais especificações serão definidas no perfil profissiográfico do cargo e funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa do EMATER.

## Capítulo II

### Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 7º O desenvolvimento profissional na carreira dar-se-á pelos institutos da progressão, ou crescimento horizontal e promoção, ou crescimento vertical.

Art. 8º A progressão é a passagem do servidor de uma referência salarial para outra dentro da mesma série de classe e será concedida ao servidor efetivo, por antiguidade, titulação e suficiência na avaliação de desempenho.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira e na série de classe, sendo de 1 (uma) referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

I - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime espe-

cial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

II - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes.

§ 2º A progressão por suficiência na avaliação de desempenho será de 1 (uma) referência salarial, a cada 3 (três) anos, não coincidente com a progressão por antiguidade.

I - o processo de avaliação de desempenho será estabelecido por normas próprias do Instituto.

§ 3º A progressão por titulação será de até 2 (duas) referências salariais, a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício na série de classes, aplicada sempre quando o servidor apresentar título de curso não regular, via requerimento, e obedecendo:

I - para as funções das Séries e Classes Operacional, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 20 (vinte) horas;

II - para as funções das Séries de Classes Técnico Administrativo de 2º Grau e Técnico Especializado de 2º Grau, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas;

III - para as funções das Séries de Classes de Técnico de 3º Grau Tecnólogo e Técnico de 3º Grau, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 60 (sessenta) horas.

§ 4º Após aplicada a primeira promoção e progressão por titulação será devida somente ao servidor enquadrado na função e série de classe correspondente à escolaridade de acesso, na forma do Anexo II não se aplicando o disposto nos incisos anteriores para aquele servidor doravante enquadrado em série de classe superior a sua escolaridade.

§ 5º A progressão poderá levar o servidor, no máximo até a referência 12 (doze) da série de classe em que se encontre, não podendo qualquer outra vantagem de progressão ser então aplicada.

Art. 9º Para a progressão, será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação, os quais poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

Art. 10. A progressão não poderá ultrapassar a referência 12 (doze) de uma série de classe, não provocando promoção intraclasse ou interclasse.

Art. 11º A promoção poderá ser intraclasse (nas áreas de classe de uma mesma classe) ou interclasse (de uma classe para outra).

§ 1º Na promoção intraclasse, o servidor promovido será enquadrado salarialmente na referência inicial

da série de classe imediatamente superior a que se encontra.

§ 2º Na promoção interclasse, o servidor promovido será enquadrado salarialmente na referência que contenha o salário imediatamente superior ao que percebe.

Art. 12. A promoção intraclasse se dará ao ocupante estável do cargo, obedecendo às seguintes condições:

§ 1º Promoção utilizando o critério de tempo de serviço, para servidor que tenha participado de processo de promoção anterior utilizando o critério de escolaridade.

§ 2º Promoção utilizando o critério de escolaridade, para servidor que tenha participado de processo de promoção anterior utilizando o critério de tempo de serviço.

§ 3º O servidor que não tenha participado de processo de promoção poderá escolher, entre os critérios de tempo de serviço ou escolaridade, aquele que melhor lhe convier.

§ 4º A promoção a que se refere o *caput* deste artigo ocorrerá a qualquer tempo, por solicitação através de requerimento devidamente instruído, na forma do Anexo II desta lei.

Art. 13. A promoção interclasse ocorrerá somente quando houver necessidade de preenchimento de vagas ou criação de ocupações/funções em classe superior a que o servidor se encontra, obedecido no Anexo II desta lei e as seguintes exigências:

I - exercício efetivo de pelo menos 7 (sete) anos na classe anterior;

II - prova de títulos e de conhecimento da função de destino, de caráter eliminatório e classificatório, a ser definida a época, em Edital público específico.

Parágrafo Único. Os recursos para a promoção interclasse deverão ser previstos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Os títulos de escolaridade deverão ser de instituição de ensino reconhecida e não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

### **Capítulo III**

#### **Do Vencimento e da Remuneração**

Art. 15. A estrutura remuneratória do Cargo de Agente de Assistência e Extensão será composta de:

I - Vencimento, na forma do Anexo III desta lei;

II - Adicional por Tempo de Serviço - ATS;

III - Salário-família;

IV - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo e função, em atividades ou locais definidos por lei.

### **Capítulo IV**

#### **Da Mudança de Função**

Art. 16. A mudança de função poderá ocorrer por seleção interna, quando o servidor atender aos requisitos constantes da função pretendida, observando-se ainda:

I - necessidade da Administração;

II - interesse do servidor;

III - capacitação profissional para a função.

Parágrafo Único. Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica serão precedidos de avaliação.

### **Capítulo V**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 17. As vagas não ocupadas serão providas através de Concurso Público específico para o Quadro Próprio do Instituto EMATER.

Art. 18. Os casos omissos ou que por sua particularidade exijam regulamentação para aplicação desta lei serão tratados por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19. O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/00.

**À Diretoria Legislativa.**

ANEXO I DIMENSIONAMENTO DA ESTRUTURA E DA CARREIRA - EMATER				
Cargo	Classe	Ingresso	Séries de Classes	Nº de Vagas
Agente de Assistência e Extensão	Técnico de 3º Grau	-	SP3	664
		-	SP2	
		Curso Superior Completo exigido para a função	SP1	
	Técnico de 3º Grau Tecnólogo	-	TT3	103
		-	TT2	
		Curso Tecnólogo Completo exigido para a função	TT1	
	Técnico Especializado de 2º Grau	-	TE3	428
		-	TE2	
		Curso Técnico de 2º Grau ou pós-médio exigido para a função	TE1	
	Técnico Administ. de 2º Grau	-	AD3	340
		-	AD2	
		2º Grau Completo	AD1	
	Operacional	-	OP3	65
		-	OP2	
		Ensino Fundamental Completo	OP1	

ANEXO II ESTRUTURA DA CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO - EMATER				
Estrutura			Requisitos de Tempos de Serviço para Promoção	Requisitos de Escolaridade para Promoção
Cargo	Classe	Séries de Classes		
Agente de Assistência e Extensão (Em Extinção)	Técnico de 3º Grau	SP3	22 (vinte e dois) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série SP2 e uma especialização ( <i>Lato Senso</i> )	Pós-Graduação <i>Strito Senso</i> (Mestrado/Doutorado)
		SP2	17 (dezessete) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série SP1	Pós-Graduação <i>Lato Senso</i> (Especialização)
		SP1	Não tem	Formação específica, superior a exigida para o ingresso na classe anterior, e no mínimo 7 (sete) anos de efetivo serviço na classe anterior
	Técnico de 3º Grau Tecnólogo	TT3	22 (vinte e dois) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TT2 e uma especialização ( <i>Lato Senso</i> )	Pós-Graduação <i>Strito Senso</i> (Mestrado/Doutorado)
		TT2	17 (dezessete) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TT1	Pós-Graduação <i>Lato Senso</i> (Especialização)
		TT1	Não tem	Formação específica, superior a exigida para o ingresso na classe anterior, e no mínimo 7 (sete) anos de efetivo serviço na classe anterior
	Técnico Especializado de 2º Grau	TE3	22 (vinte e dois) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TE2	Ensino Superior Completo mais Pós Graduação ( <i>Lato Senso</i> ou <i>Strito Senso</i> )
		TE2	17 (dezessete) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TE1	Ensino Superior Completo
		TE1	Não tem	Formação específica, superior a exigida para o ingresso na classe anterior, e no mínimo 7 (sete) anos de efetivo serviço na classe anterior
	Técnico Administ. de 2º Grau	AD3	22 (vinte e dois) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série AD2	Ensino Superior Completo
		AD2	17 (dezessete) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série AD1	Ensino Profissionalizante/Pós-médio
		AD1	Não tem	Formação específica, superior a exigida para o ingresso na classe anterior, e no mínimo 7 (sete) anos de efetivo serviço na classe anterior
	Operacional	OP3	22 (vinte e dois) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série OP2	Médio Profissionalizante ou Ensino Superior Completo
		OP2	17 (dezessete) anos no Instituto EMATER	Ensino Médio Completo
		OP1	-	Ensino Fundamental Completo

ANEXO III TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA - EMATER														
Cargo	Classe	Série de Classes	Referências Salariais											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Agente de Assistência e Extensão (Em Extinção)	Técnico de 3º Grau	SP3	6.987,89	7.337,28	7.557,40	7.784,12	8.017,65	8.258,18	8.505,92	8.761,10	9.023,93	9.294,65	9.573,49	9.860,69
		SP2	4.807,81	5.048,20	5.199,65	5.355,63	5.516,30	5.681,79	5.852,25	6.027,81	6.208,65	6.394,91	6.586,76	6.784,36
		SP1	3.307,87	3.473,26	3.577,46	3.684,79	3.795,33	3.909,19	4.026,46	4.147,26	4.271,68	4.399,83	4.531,82	4.667,78
	Técnico de 3º Grau Tecnólogo	TT3	5.501,32	5.776,39	5.949,68	6.128,17	6.312,01	6.501,37	6.696,41	6.897,31	7.104,23	7.317,35	7.536,87	7.762,98
		TT2	3.785,02	3.974,27	4.093,50	4.216,30	4.342,79	4.473,08	4.607,27	4.745,49	4.887,85	5.034,49	5.185,52	5.341,09
		TT1	2.604,17	2.734,38	2.816,41	2.900,90	2.987,93	3.077,57	3.169,89	3.264,99	3.362,94	3.463,83	3.567,74	3.674,78
	Técnico Especializado de 2º Grau	TE3	4.135,99	4.342,79	4.473,07	4.607,26	4.745,48	4.887,84	5.034,48	5.185,51	5.341,08	5.501,31	5.666,35	5.836,34
		TE2	2.845,64	2.987,93	3.077,56	3.169,89	3.264,99	3.362,94	3.463,82	3.567,74	3.674,77	3.785,01	3.898,56	4.015,52
		TE1	1.957,86	2.055,75	2.117,43	2.180,95	2.246,38	2.313,77	2.383,18	2.454,68	2.528,32	2.604,17	2.682,29	2.762,76
	Técnico Administ. de 2º Grau	AD3	2.554,57	2.682,29	2.762,76	2.845,65	2.931,02	3.018,95	3.109,51	3.202,80	3.298,88	3.397,85	3.499,79	3.604,78
		AD2	1.757,59	1.845,47	1.900,84	1.957,86	2.016,60	2.077,10	2.139,41	2.203,59	2.269,70	2.337,79	2.407,92	2.480,16
		AD1	1.209,26	1.269,72	1.307,81	1.347,05	1.387,46	1.429,08	1.471,96	1.516,12	1.561,60	1.608,45	1.656,70	1.706,40
	Operacionais	OP3	1.577,81	1.656,70	1.706,40	1.757,59	1.810,32	1.864,63	1.920,57	1.978,18	2.037,53	2.098,66	2.161,62	2.226,46
		OP2	1.085,56	1.139,84	1.174,04	1.209,26	1.245,54	1.282,90	1.321,39	1.361,03	1.401,86	1.443,92	1.487,24	1.531,85
		OP1	746,89	784,23	807,76	831,99	856,95	882,66	909,14	936,42	964,51	993,44	1.023,25	1.053,95

## MENSAGEM Nº 062/10

Curitiba, 17/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Expansão Rural - EMATER, de que trata a Lei nº 15.171/06, passa a denominar-se Carreira Técnica de Extensão Rural, sendo extinta ao vagar.

O Instituto EMATER é a autarquia estadual responsável pelo Serviço Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Paraná. Conta com 1 mil e 200 funcionários, lotados em 395 unidades municipais, 12 distritais, 19 regionais e uma unidade estadual. Atende todos os Municípios do Estado e alcança mais de 160 mil famílias e mais de 1 mil organizações da agricultura familiar.

O Instituto EMATER está fortemente vinculado às políticas e programas de governo e se constitui na organização do Estado mais presente em todos os Municípios, atendendo às demandas dos agricultores por orientação técnica nas diversas cadeias produtivas, bem como articulando as políticas públicas, programas e projetos do Governo do Estado, fazendo chegar aos agricultores, suas famílias e suas organizações os benefícios gerados pelos mesmos.

Em 2005, através da Lei nº 14.832, foi criado o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Expansão Rural, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Em decorrência a Lei nº 15.171/06 criou o Plano de Carreira e Salários para o quadro de funcionários celetistas do Instituto.

Este plano apresenta fragilidades e não atende as necessidades para manter um quadro funcional com uma carreira justa e um salário digno. O Plano não considera as características do quadro celetista que tem média de tempo de serviço de 26 anos e não contempla a experiência e tempo de serviço como requisito de promoção e congela a carreira da grande maioria dos servidores, pois estarão aposentados antes de cumprir com os tempos exigidos na Lei. Além disso, tem uma Classe Única que dificulta a ascensão na carreira a não ser mudando de escolaridade. Como consequência, a única forma de promoção para as funções que não são de nível superior é a promoção com troca de função, via processo de seleção.

Assim, apresento o anteprojeto de lei que propõe a alteração da Lei nº 15171/06, como forma de corrigir as disposições do Plano atual.

O impacto financeiro com a aplicação da nova carreira importa em R\$ 860 mil/mês, que significa um impacto de apenas 0,055% sobre o total da folha do Estado do Paraná.



Por último, solicito que a matéria seja apreciada em regime de urgência, na forma do parágrafo 1º, do artigo 66, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º A Lei nº 15171, de 22/06/06, passa a vigorar com a redação dada pelos artigos abaixo descritos.

### Capítulo I

#### Da Estrutura da Carreira

Art. 2º A carreira dos servidores do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER passa a denominar-se Carreira Técnica de Extensão Rural, sendo extinta ao vagar.

§ 1º A carreira é composta pelo emprego de Agente de Assistência e Extensão, estruturada em cinco (5) classes, cada uma subdividida em três (3) série de classes, composta de funções singulares e multiocupacionais agregadas, que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 2º Emprego é a unidade funcional básica de ação do agente público.

§ 3º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao emprego.

§ 4º Função Singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica.

§ 5º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade determina atuação genérica.

§ 6º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade, de acordo com as exigências de trabalho.

§ 7º Série de classes é a subdivisão da classe de acordo com a crescente exigência de complexidade ocupacional da função, dentro da mesma classe, de acordo com a escolaridade exigida para a série de classe.

Art. 3º As funções componentes do emprego de Agente de Assistência e Extensão, encontram-se dispostas na forma do Anexo I desta lei.

Art. 4º A carga horária do emprego de Agente de Assistência e Extensão é de 40 horas semanais, aplicando-se a tabela salarial constante do Anexo III desta lei.

Parágrafo Único. Na tabela de vencimentos são aplicados os seguintes percentuais de evolução:

I - de 5% (cinco por cento) da primeira para a segunda referência salarial de cada série de classe e de

3% (três por cento) entre cada uma das demais referências salariais;

II - de 62% (sessenta e dois por cento) entre as séries de classe OP1 e AD1;

III - de 62% (sessenta e dois por cento) entre as séries de classe AD1 e TE1;

IV - de 33% (trinta e três por cento) entre as séries de classe TE1 e TT1;

V - de 27% (vinte e sete por cento) entre as séries de classe TT1 e SP1.

Art. 5º A jornada de trabalho de servidores que atuam em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos obedecerá à legislação federal vigente.

Art. 6º A descrição das atribuições e tarefas do emprego, das funções componentes, jornada e demais especificações serão definidas no Perfil Profissiográfico do Emprego e Funções, em alto conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa do EMATER.

### Capítulo II

#### Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 7º O desenvolvimento profissional na carreira dar-se-á pelos institutos da progressão, ou crescimento horizontal e promoção.

Art. 8º A progressão é a passagem do servidor de uma referência salarial para outra dentro da mesma série de classes, e será concedida ao servidor efetivo, por antiguidade, titulação e suficiência na avaliação de desempenho.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira e na série de classe, sendo de 1 (uma) referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

I - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

II - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros Poderes.

§ 2º A progressão por suficiência na avaliação de desempenho será de 1 (uma) referência salarial, a cada 3 (três) anos, não coincidente com a progressão por antiguidade.

I - se a avaliação de desempenho não for realizada administrativamente pelo Instituto, a concessão da progressão correspondente será automática para o servidor que atingir o tempo estabelecido no *caput* deste artigo;

II - o processo de avaliação de desempenho será estabelecido por normas próprias do Instituto.

§ 3º A progressão por titulação será de até duas referências salariais, a cada quatro anos de efetivo exercício na série de classes, aplicada sempre quando o servidor apresentar título de curso não regular, via requerimento, e obedecendo:

I - para as funções das Séries e Classes “Operacional”, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 20 horas;

II - para as funções das Séries de Classes “Técnico Administrativo de 2º Grau e Técnico especializado de 2º Grau”, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas;

III - para as funções das Séries de Classes de “Técnico de 3º Grau Tecnológico” e “Técnico de 3º Grau”, conclusão de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 80 horas.

§ 4º Após aplicada a primeira promoção (avanço vertical), a progressão por titulação será devida somente ao servidor enquadrado na função e série de classe correspondente à escolaridade de acesso, na forma do Anexo II não se aplicando o disposto nos incisos anteriores para aquele servidor doravante enquadrado em série de classe superior a sua escolaridade.

§ 5º A progressão poderá levar o servidor, no máximo até a referência 12 (doze) da série de classe em que se encontre, não podendo qualquer outra vantagem de progressão ser então aplicada.

Art. 9º Para a progressão, será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação, os quais poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

Art. 10. A progressão não poderá ultrapassar a referência 12 (doze) de uma série de classe, não provocando promoção intraclasse ou interclasse.

Art. 11º A promoção poderá ser intraclasse (nas séries de classe de uma mesma classe) ou interclasse (de uma classe para outra).

§ 1º Na promoção intraclasse, o servidor promovido será enquadrado salarialmente na referência inicial da série de classe imediatamente superior a que se encontra.

§ 2º Na promoção interclasse, o servidor promovido será enquadrado salarialmente, na classe de destino, na referência que contenha o salário imediatamente superior ao que percebia na classe de origem.

§ 3º A promoção intraclasse poderá ocorrer por escolaridade ou por tempo de serviço, a critério do servidor, e obedecerá aos seguintes critérios e requisitos:

I - a promoção por escolaridade ocorrerá a qualquer tempo, por solicitação através de requerimento devi-

damente instruído, desde que cumprido o estabelecido no Anexo II desta lei;

II - os cursos (escolaridade) aceitos para promoção são aqueles que o servidor efetivamente pode utilizar na sua função/ocupação atual, ou seja, que possam ser aproveitados no trabalho normal da função/ocupação, a critério administrativo do Instituto;

III - a promoção por tempo de serviço ocorrerá segundo o estabelecido no Anexo II desta lei, em série de classe imediatamente superior a que o servidor ocupa;

IV - ao ser promovido para nova série de classe, o servidor reiniciará a contagem de tempo na série e no critério de antiguidade, mantendo o direito de tempo total de serviço no Instituto.

§ 4º A promoção interclasse ocorrerá somente se houver necessidade de preenchimento de vagas ou criação de ocupações/funções em classe superior a que o servidor se encontra, obedecido no Anexo II desta lei e as seguintes exigências:

I - exercício efetivo de pelo menos 17 (dezesete) anos no Instituto e 2 (dois) anos na série de classe;

II - prova de títulos e conhecimento da função de destino, de caráter eliminatório e classificatório, a ser definida a época, em Edital público específico;

§ 5º Os recursos para a promoção interclasse deverão ser previstos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Os títulos de escolaridade deverão ser de instituição de ensino reconhecida e não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

### **Capítulo III**

#### **Do Salário e da Remuneração**

Art. 13. A estrutura remuneratória do emprego de Agente de Assistência e Extensão será composta de:

I - Salário, na forma do Anexo III desta lei;

II - Adicional por Tempo de Serviço - ATS;

III - Salário-família;

IV - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do emprego e função, calculadas sobre o salário, em atividades ou locais definidos por lei.

### **Capítulo IV**

#### **Da Mudança de Função**

Art. 14. A mudança de função poderá ocorrer por seleção interna, quando o servidor atender aos requisitos constantes da função pretendida, observando-se ainda:

I - necessidade da Administração;

II - interesse do servidor;

III - capacitação profissional para a função.

Parágrafo Único. Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica serão precedidos de avaliação.

## Capítulo V

### Das Disposições Finais

Art. 15. Serão enquadrados na Carreira Técnica do Pessoal do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER os atuais servidores do Instituto e o enquadramento será de responsabilidade da EMATER, ficando a unidade de recursos humanos e o dirigente do Instituto, responsáveis por sua perfeita execução, na forma dos Anexos II e III.

Art. 16. O enquadramento dos servidores a que se refere a presente lei será salarial, correspondente ao salário que o servidor estiver percebendo na tabela salarial atual, em valor imediatamente superior na tabela proposta a que se refere o Anexo III desta lei, observado a exigência de escolaridade para qual foi inicialmente contratado.

§ 1º Em caso de eventual não existência, na tabela das séries de classe correspondente a escolaridade de contratação do servidor, de um salário imediatamente superior, admitir-se-á que o servidor seja enquadrado em classe de escolaridade imediatamente superior, ficando, nesse caso, obstado qualquer avanço por titulação (progressão por titulação), sendo admitido apenas os avanços por antiguidade e por suficiência na avaliação de desempenho, não podendo também ocorrer promoção intra-classe.

§ 2º Constatada redução de remuneração decorrente da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago em código de vantagem à parte, a título de diferença de remuneração.

§ 3º O enquadramento salarial determinado pelo *caput* deste artigo, estabelece que o enquadramento do servidor passa estar ajustado a carreira na classe e série de classe, desde que o servidor possua a escolaridade correspondente na data de publicação desta lei, independente dos mecanismos de promoção intraclasse.

Art. 17. Para a contagem de tempos de enquadramento nos dispositivos desta lei, será contado como parte integrante o tempo decorrido desde a promulgação da Lei Estadual nº 15171, de 21/06/06 ou dos efeitos dela decorrentes, ou seja, tempos nas séries de classes correspondentes ao novo enquadramento salarial.

§ 1º O tempo de serviço constante do Anexo II como sendo do Instituto EMATER, refere-se ao tempo de contrato do servidor com o próprio Instituto e seus antecessores (ACARPA/EMATER)

§ 2º O tempo de serviço na série de classe anterior, decorrente da redação anterior desta Lei, é automaticamente transferido e incorporado para a carreira e série em que o servidor for salariamente reenquadrado.

Art. 18. A primeira promoção por escolaridade, a que se refere o artigo 11, ocorrerá na publicação desta lei.

Art. 19. Os casos omissos ou que por sua particularidade exijam regulamentação para aplicação desta lei serão tratados por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 20. O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 21. Os novos ingressos de funcionários no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER obedecerão ao previsto na Lei estadual do Quadro Próprio do Instituto EMATER.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/00.

#### À Diretoria Legislativa.

ANEXO I		
FUNÇÕES COMPONENTES DA CARREIRA		
Cargo	Classe	Séries de Classes
Agente de Assistência e Extensão	Técnico de 3º Grau	SP3
		SP2
		SP1
	Técnico de 3º Grau Tecnólogo	TT3
		TT2
		TT1
	Técnico Especializado de 2º Grau	TE3
		TE2
		TE1
	Técnico Administ. de 2º Grau	AD3
		AD2
		AD1
	Operacional	OP3
		OP2
		OP1

<p align="center"><b>ANEXO II</b>  <b>ESTRUTURA DA CARREIRA DE CELETISTA - EMATER</b>  <b>E REQUISITOS DE PROMOÇÃO</b></p>				
<b>Estrutura</b>			<b>Requisitos de Tempos de Serviço para Promoção</b>	<b>Requisitos de Escolaridade para Promoção</b>
<b>Cargo</b>	<b>Classe</b>	<b>Séries de Classes</b>		
<b>Agente de Assistência e Extensão (Em Extinção)</b>	Técnico de 3º Grau	SP3	25 (vinte e cinco) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série SP2 e uma especialização ( <i>Lato Senso</i> )	Pós-Graduação <i>Strito Senso</i> (Mestrado/Doutorado) e 2 (dois) anos na série SP2
		SP2	15 (quinze) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série SP1	Pós-Graduação <i>Lato Senso</i> (Especialização) e 2 (dois) anos na série SP1
		SP1	-	-
	Técnico de 3º Grau Tecnólogo	TT3	25 (vinte e cinco) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TT2 mais outra especialização ( <i>Lato Senso</i> )	Pós-Graduação <i>Strito Senso</i> (Mestrado/Doutorado) e 2 (dois) anos na série TT2
		TT2	15 (quinze) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TT1	Pós-Graduação <i>Lato Senso</i> (Especialização) e 2 (dois) anos na série TT1
		TT1	-	-
	Técnico Especializado de 2º Grau	TE3	25 (vinte e cinco) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TE2	Ensino Superior Completo mais Pós-Graduação ( <i>Lato Senso</i> ou <i>Strito Senso</i> ) e 2 (dois) anos na série TE2
		TE2	15 (quinze) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série TE1	Ensino Superior Completo e 2 (dois) anos na série TE1
		TE1	-	-
	Técnico Administ. de 2º Grau	AD3	25 (vinte e cinco) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série AD2	Ensino Superior Completo e 2 (dois) anos na série AD2
		AD2	Matriculado/Cursando o 3º ano Superior ou 15 (quinze) anos no instituto EMATER e 2 (dois) anos na série AD1	Ensino Profissionalizante/Pós-médio e 2 (dois) anos na série AD1
		AD1	-	-
	Operacional	OP3	25 (vinte e cinco) anos no Instituto EMATER e 2 (dois) anos na série OP2	Médio Profissionalizante ou Ensino Superior Completo e 2 (dois) anos na série OP2
		OP2	15 (quinze) anos no Instituto EMATER	Ensino Médio Completo e 2 (dois) anos na série OP1
		OP1	-	-

ANEXO III TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA - EMATER														
Cargo	Classe	Série de Classes	Referências Salariais											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Agente de Assistência e Extensão	Técnico de 3º Grau	SP3	6.987,89	7.337,28	7.557,40	7.784,12	8.017,65	8.258,18	8.505,92	8.761,10	9.023,93	9.294,65	9.573,49	9.860,69
		SP2	4.807,81	5.048,20	5.199,65	5.355,63	5.516,30	5.681,79	5.852,25	6.027,81	6.208,65	6.394,91	6.586,76	6.784,36
		SP1	3.307,87	3.473,26	3.577,46	3.684,79	3.795,33	3.909,19	4.026,46	4.147,26	4.271,68	4.399,83	4.531,82	4.667,78
	Técnico de 3º Grau Tecnólogo	TT3	5.501,32	5.776,39	5.949,68	6.128,17	6.312,01	6.501,37	6.696,41	6.897,31	7.104,23	7.317,35	7.536,87	7.762,98
		TT2	3.785,02	3.974,27	4.093,50	4.216,30	4.342,79	4.473,08	4.607,27	4.745,49	4.887,85	5.034,49	5.185,52	5.341,09
		TT1	2.604,17	2.734,38	2.816,41	2.900,90	2.987,93	3.077,57	3.169,89	3.264,99	3.362,94	3.463,83	3.567,74	3.674,78
	Técnico Especializado de 2º Grau	TE3	4.135,99	4.342,79	4.473,07	4.607,26	4.745,48	4.887,84	5.034,48	5.185,51	5.341,08	5.501,31	5.666,35	5.836,34
		TE2	2.845,64	2.987,93	3.077,56	3.169,89	3.264,99	3.362,94	3.463,82	3.567,74	3.674,77	3.785,01	3.898,56	4.015,52
		TE1	1.957,86	2.055,75	2.117,43	2.180,95	2.246,38	2.313,77	2.383,18	2.454,68	2.528,32	2.604,17	2.682,29	2.762,76
	Técnico Administ. de 2º Grau	AD3	2.554,57	2.682,29	2.762,76	2.845,65	2.931,02	3.018,95	3.109,51	3.202,80	3.298,88	3.397,85	3.499,79	3.604,78
		AD2	1.757,59	1.845,47	1.900,84	1.957,86	2.016,60	2.077,10	2.139,41	2.203,59	2.269,70	2.337,79	2.407,92	2.480,16
		AD1	1.209,26	1.269,72	1.307,81	1.347,05	1.387,46	1.429,08	1.471,96	1.516,12	1.561,60	1.608,45	1.656,70	1.706,40
	Operacionais	OP3	1.577,81	1.656,70	1.706,40	1.757,59	1.810,32	1.864,63	1.920,57	1.978,18	2.037,53	2.098,66	2.161,62	2.226,46
		OP2	1.085,56	1.139,84	1.174,04	1.209,26	1.245,54	1.282,90	1.321,39	1.361,03	1.401,86	1.443,92	1.487,24	1.531,85
		OP1	746,89	784,23	807,76	831,99	856,95	882,66	909,14	936,42	964,51	993,44	1.023,25	1.053,95

## Ofícios

### OFÍCIO S/N

Curitiba, em 21/06/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente nas Sessões Plenárias dos dias 22 e 23 do corrente mês, devido ao fato de estar com compromissos agendados anteriormente em Maringá e Região Metropolitana.

Sendo o que se apresenta para o momento, agrado antecipadamente.

Cordialmente,

(a) WILSON QUINTEIRO

### OFÍCIO S/N

Curitiba, em 14/06/10.

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente comunicar V. Sra. que o ilustre Deputado Wilson Quinteiro foi indicado para exercer a função de Vice-Líder do Bloco PSB/PRB/PV, nesta Assembleia Legislativa.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

(a) RENI PEREIRA

## Comunicado

### COMUNICADO

Informo aos Srs. Deputados que a Proposta Emenda da Constituição nº 022/10, de autoria do Partido dos Trabalhadores, que objetiva alterar o artigo 61 da Constituição Estadual do Paraná, já foi publicada no Diário da Assembleia e está sendo distribuída em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NELSON JUSTUS

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 120/10

#### SÚMULA:

Sugere ao Sr. Marcos Valente Isfer, Presidente da URBS - Urbanização de Curitiba, a liberação de mais veículos nas linhas metropolitanas de transporte coletivo que ligam os Municípios de Curitiba a Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Almirante Tamandaré, atendidas pela Viação do Sul Ltda.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe ao Presidente da URBS - Urbanização de Curitiba, a liberação de mais veículos nas linhas metropolitanas de transporte coletivo que ligam os Municípios de Curitiba a Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Almirante Tamandaré, atendidas pela Viação do Sul Ltda.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada nas Cidades de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, a principal reivindicação das lideranças refere-se ao caos do transporte coletivo, especialmente no que se refere à superlotação, tempo de espera e abandono de passageiros nos pontos intermediários devido à superlotação.

Diante dessa reivindicação, fomos constatar *in loco* a situação e observamos que no período da tarde, a partir das 16h, começam a se formar filas quilométricas nos pontos finais situados na praça 19 de dezembro e na avenida Cândido de Abreu. Às dezenove horas ainda é possível observar um número absurdo de usuários que amontoam-se a espera de transporte, conforme fotos em anexo.

Esta situação levou a realização de uma reunião com a Viação do Sul Ltda., onde a direção da empresa nos relatou que já fez diversos pleitos junto à URBS para liberação de mais veículos nos horários de pico.

Diante disso, consideramos de urgência urgentíssima a gestão junto à URBS para a liberação de mais veículos nas linhas metropolitanas de transporte coletivo que ligam os Municípios de Curitiba a Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Almirante Tamandaré, atendidas pela Viação do Sul Ltda. e conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

#### INDICAÇÃO Nº 121/10

##### SÚMULA:

Duplicação da Rodovia PR-569, que liga os Municípios de Marilena a Nova Londrina.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Orlando Pessuti:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após aprovação do douto Plenário o envio de expediente à autoridade nominada, requerendo a duplicação asfáltica da rodovia PR-569, que liga os Municípios de Marilena a Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Colho a presente oportunidade para encaminhar à apreciação de V. Exa., pleiteando as providências exigidas, cópia do documento que nos foi encaminhado pela colenda edilidade de Marilena, presidida pelo Sr. Vereador Edilson Sebastião Zanini.

O ofício enfatiza a necessidade da duplicação asfáltica do percurso entre Nova Londrina e Marilena, no Noroeste do Estado.

Encarecemos junto ao eminente Governador, sua prestimosa atenção para o fato de que a região pretendente do benefício vive momento de atípico crescimento em virtude do desenvolvimento do turismo nas barrancas do rio Paraná, com a construção de estabelecimentos afins, como casas, hotéis, restaurantes, mercados diversos e inúmeros condomínios residenciais.

Além disso, o tráfego registrado naqueles percurso de apenas quatro quilômetros, pela intensidade apresentada, justifica plenamente a oportuna iniciativa dos Srs. Vereadores requerentes.

Convicto da prestimosa atenção que V. Exa. devota a pedidos que realmente representem válidos interesses das nossas comunidades, registramos nossas mais sinceras e cordiais considerações e apreço.

Saudações democráticas.

#### INDICAÇÃO Nº 122/10

##### SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná que seja disponibilizado em todas as Escolas Públicas do Estado do Paraná computadores para deficientes visuais.

O Deputado que subscreve a presente, sugere que as Escolas Públicas do Estado do Paraná disponibilizem computadores com o programa DOSVOX, destinado a deficientes visuais e com membros amputados, sendo que tal material deve estar disponível em CD-ROM ou HD, para tornar possível viabilizar estas informações aos deficientes visuais.

A presente propositura justifica-se pelo fato de uma vez que os deficientes visuais sofrem muito para garantir a sua educação, e também sofrem para acessar uma ferramenta básica da atualizada, a informática. Estes direitos são garantidos a estas pessoas, e por isso a presente indicação é de extrema relevância.

O programa possibilita a inclusão destes deficientes, uma vez que transformam em áudio os dados contidos no computador.

Assim, diante do exposto e devido à importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) MARCELO RANGEL

#### INDICAÇÃO Nº 123/10

##### SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Governador do Estado do Paraná, ao Sr. Coronel R. R. Aramis Linhares Serpa, Secretário Estadual da Segurança Pública, a implantação de um Módulo da Polícia Militar no terminal Metropolitano Alto Maracanã no Município de Colombo no Estado do Paraná.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, a implantação de um Módulo da Polícia Militar no terminal de passageiros Metropolitano Alto Maracanã no Município de Colombo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(aa) ROSANE FERREIRA, BETI PAVIN E  
EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

O terminal de passageiros Metropolitano Alto Maracanã, no Município de Colombo, atende um fluxo acima de 37 mil pessoas por dia, conforme dados da URBS. Esse fluxo de pessoas é superior a população de 90% dos Municípios do Estado.

Recebemos inúmeras reclamações de usuários deste terminal referentes a coação, furtos, tráfico e consumo de drogas, vandalismo, pichações e depredações, que colocam em risco a integridade e a própria vida das pessoas que dependem do transporte público naqueles bairro e adjacências.

Essa situação demanda um policiamento ostensivo constante para coibir a prática dos delitos acima descritos e aumentar a sensação de segurança da população.

Diante do exposto, considero fundamental a aprovação da implantação de um Módulo da Polícia Militar no terminal de passageiros Metropolitano Alto Maracanã no Município de Colombo no Estado do Paraná, e conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, que a realização de Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Dr. Daisaku Ikeda ocorra na data de 20/08/10, às 17h, no plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ALEXANDRE CURI

### REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nº 308/07, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) DUÍLIO GENARI

### REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 07

(sete) Sessões do Projeto de Lei nº 586/09. item 05 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ELIO RUSCH

### REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência na Sessão realizada no dia 16 de junho, em virtude de compromissos políticos assumidos em Municípios da sua base política.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

### REQUERIMENTO Nº 2088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem João Henrique Gutmann Stanislawczuk, ocorrido no último dia 16/06/10.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 16/06/10, vítima de um trágico acidente automobilístico o jovem João Henrique Gutmann Stanislawczuk, com 26 anos, ele era Chefe do Núcleo Regional de Ponta Grossa da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETP) o jovem João Henrique Stanislawczuk, era filho do ex-Prefeito e ex-Deputado Estadual Luiz Carlos Zuk e da Sra. Paggy Gutmann Stanislawczuk.

O passamento de João Henrique Stanislawczuk, veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida.

O tempo que tudo embota, não consegue, todavia, apagar a saudade que habita nos corações de seus familiares e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gutmann Stanislawczuk,

endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2090

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do médico Danton Richilin da Rocha Loures, falecido em Curitiba no dia 20 de junho do decorrente ano.

Danton R. da Rocha Loures era professor titular de Cirurgia Torácica e Cardiovascular na UFPR e na Faculdade Evangélica de Medicina, além de supervisor médico da unidade funcional de Cardiologia e Pneumologia do Hospital das Clínicas da UFPR. Foi primeiro no transplante do coração no Paraná.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após de ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Adão de Almeida Ramos, ocorrido no dia 05/04/10.

Sr. Adão, foi serventuário do Distrito de Santa Mônica, Vereador e Prefeito do Município de Santa Izabel do Ivaí, pessoa carismática, tinha na política um multiplicador de realizações e conquistas.

Era pessoas reconhecida e querida pela comunidade. Um verdadeiro líder, que deixou profundas marcas na sociedade paranaense.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Hermínia Mainguê Furtado, ocorrido no dia 08/06/10.

Dona Hermínia, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade paranaense, mão que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade cristã espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Anfrísio Fonseca de Siqueira Junior, ocorrido no dia 03/06/10.

Sr. Anfrísio, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Era fiscal de rendas, função que assumiu após concluir o ensino médio, aposentando-se recentemente.

Um apaixonado pela vida que adorava barcos, carros e seu clube do coração, o Atlético Paranaense.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Cardiologista e Cirurgião Dr. Danton Rocha Loures.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital aos 66 anos de idade no dia de ontem o Dr. Danton Rocha Loures, Cardiologista e Cirurgião, era viúvo da Sra. Regina Schrappe Rocha Loures, teve quatro filhos. Nasceu em 1947 em Joiville Santa



Catarina. Era filho de Josino Alves da Rocha Loures e Carmen Richlin Rocha Loures.

Ultimamente vinha realizando pesquisas com uso de células tronco na área de Cardiologia e proferindo palestras em Países como Estados Unidos, França, Eslovênia, Croácia, Suécia e Inglaterra.

O Dr. Danton Rocha Loures foi colega de ginásio deste Parlamentar.

Eis-me prezado amigo Dr. Danton, ante seu corpo inanimado, prestes a voltar ao seio da nossa mãe comum. Recebas-te ao convívio de seus amigos e de seus entes queridos, a parca impiedosa e cruel. Resta-nos, todavia, um consolo, e a certeza de que viveste uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo, imenso nos invade a alma e nessa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar, morrer.

Fica certo, amigo dileto Dr. Danton, de que tua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adoras-te despediu-se debruçada de lágrimas, dizendo que podes repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultivar suas memórias.

Um amigo é o dom mais precioso com que os céus nos possam presentear. E agora mais do que nunca sentiremos saudades.

Bendita, pois, a sua memória, e ao rememorar-la teremos sempre presente a sua figura de homem subordinado a família e aos amigos, suas lições e exemplo que tão fundo colaram em nossas almas.

Prometemos que nunca haremos de lhe esquecer e que hás de ser sempre para nós, o conselheiro seguro de nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Que Deus na sua infinita bondade lhe retribua na outra vida o muito que fizeste pelos seus semelhantes.

Descanse em paz Dr. Danton.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Rocha Loures, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pela comemoração, no próximo dia 28/06/10, de seus 118 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ademir José Gheller, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Sadi Fazolo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A passagem dos 118 anos de Clevelândia representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo ao longo de sua história.

Clevelândia foi elevada a condição de Município, em 28/06/1892. Naquela época poucas regiões do Paraná e do Brasil estabeleceram um crescimento demográfico tão expressivo quanto o Sudoeste entre os anos 40 e 80.

Recuar um pouco no tempo, porém é indispensável para se medir a luta que se travou durante dezenas de anos na região, onde as terras férteis do Sudoeste eram o centro das discussões. Quem viu Clevelândia nascer não está aqui para comemorar o seu 118º aniversário. Quem tanto trabalhou não está aqui para usufruir.

Clevelândia comemora seu aniversário com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Aqui deixamos consignada a nossa homenagem, o nosso respeito e a nossa admiração aos pioneiros de toda a região sudoestina pelo legado de fé em Deus e a crença no trabalho, exemplos estes que as gerações clevelandenses têm sabido cultivar e transmitir.

Portanto, nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Clevelândia pela passagem de seus 118 anos de história com seu atual Prefeito, Sr. Ademir José Gheller, Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, Sr. Sadi Fazolo e todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

Nesta oportunidade, gostaria de enfatizar a flagrantemente importância que o Município detém referendada em nossa lei maior. O contato que, diuturnamente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e Vereadores exercitam junto ao povo, fazem dos mesmos destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Sentimo-nos orgulhosos em parabenizar, com esta proposição, as autoridades constituídas do Município de Clevelândia bem como a população em geral, pela comemoração, no próximo dia 28 de junho, de seus 118 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, apresentação de voto de louvor e congratulações a Seleção Masculina de Handebol da Escola Estadual Honorário Fagan - Ensino Fundamental, Município de Florai, a qual foi campeã da categoria B - Escolar no Campeonato Paranaense 2010 e irá representar o nosso Estado nas Olimpíadas Brasileiras em Fortaleza/CE.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Mara Lúcia Schmit Ferreira Santos.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Mara Lúcia Schmit Ferreira Santos, Médica da Equipe da Neurologia Infantil do Hospital Pequeno Príncipe e Presidente da APAMCRIN - Apoio de Pais e Amigos à Criança Neurológica, entidade que presta suporte às crianças neurológicas que são atendidas no hospital, auxiliando na compra de medicamentos, transporte e outras necessidades.

Oferecendo serviços rápidos, seguros, eficazes e humanizados em sua área, tornou-se uma referência na sociedade. Tratando regularmente e efetivamente dos enfermos, é uma conservadora e restituidora da saúde humana, destacando-se entre seus Pares.

#### REQUERIMENTO Nº 2095

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Paulo José Lorenzoni.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Paulo José Lorenzoni, Médico formado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, é professor assistente do departamento de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná e Médico do Hospital do Trabalhador e do Hospital de Clínicas da UFPR.

Especialista em Neurocirurgia e Neurologia, oferece serviços rápidos, seguros, eficazes e humanizados em sua área, sendo referência na sociedade. Tratando regularmente e efetivamente dos enfermos, é um conservador e restituidor da saúde humana, destacando-se entre seus Pares.

#### REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Movimento de Irmãos da Arquidiocese de Curitiba, pela passagem de seus 40 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em comemoração dos 40 anos de existência, o Movimento de Irmãos teve sua origem na Paróquia de N. Sra. de Guadalupe em Curitiba, início de 1970, quando o Pároco Monsenhor Bernardo José Krasinski idealizou um

meio de formar em sua comunidade de irmãos um ambiente fraterno na vivência do Evangelho.

Hoje é uma congregação de cristãos, irmãos em Cristo que almejam viver em comunidade fraterna, formando uma verdadeira família que objetiva ir muito além da presença dominical nas Santas Missas.

Colocar-se a serviço da Igreja e integrar-se nas diversas pastorais é a missão dos encontristas do Movimento de Irmãos.

O Movimento de Irmãos, inspirado pelo Espírito Santo o Monsenhor Bernardo José Krasinski, é a graça de Deus para os casais em sua família e para a integração na pastoral paroquial de acordo com as diretrizes diocesanas.

#### REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de votos de regozijo com menção honrosa a Sra. Takako Kawasaki, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Nikkey do Estado do Paraná setor de Ikebana (Kenobô).

Esta menção honrosa será entregue na Sessão Solene desta Assembleia Legislativa no Dia do Imigrante Japonês - em 22/06/10.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de votos de regozijo com menção honrosa a Sra. Tereza Hatue de Rezende, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Nikkey do Estado do Paraná como escritora e pesquisadora cultural e histórica.

Esta menção honrosa será entregue na Sessão Solene desta Assembleia Legislativa no Dia do Imigrante Japonês - em 22/06/10.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Sra. Lucia Arruda - Presidente da PROVOPAR, solicitando com a máxima urgência a liberação de cobertores, agasalhos e brinquedos, para atender os 210 alunos especiais da Escola de Educação Especial Esperança/APAE, conforme ofício encaminhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Nova Esperança.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Sr. João Oraci Zanchetti, Presidente da APAE, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Sr. Aurélio Saldanha Rocha - Diretor-Presidente da Paraná Esporte, solicitando com a máxima urgência a liberação de kits de material esportivo, para atender os 210 alunos especiais da Escola de Educação Especial Esperança/APAE, conforme ofício encaminhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Nova Esperança.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Sr. João Joraci Zanchetti, Presidente da APAE, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente da República, Sr. Celso Amorim - Ministro das Relações Exteriores, Senador José Sarney - Presidente do Senado Federal e ao Deputado Michel Temer - Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando com a máxima urgência que seja cumprido o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta por parte da República Portuguesa, no tocante ao reconhecimento do grau acadêmico para fins de exercício profissional de cirurgião-dentista.

Tal solicitação, prende-se ao fato da Ordem dos Médicos Dentistas em Portugal, que não reconhece o diploma de cirurgião-dentista de profissionais brasileiros, insistindo na apresentação de um certificado de equivalência, baseado em um Decreto-Lei de 1983, normativa interna e não bilateral, desmerecendo a eficácia de aplicação do Tratado da Amizade.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

### ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 282/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Autoriza o Executivo a permitir remissão de foro aos enfiteutas interessados em consolidar em

seu nome o domínio pleno dos imóveis foreiros do Estado do Paraná, nas condições estabelecidas em decreto estadual.

Art. 2º A remissão do foro, uma vez requerida, somente será negada se provado o interesse do Estado em recobrar o domínio útil do imóvel, mediante exercício do direito de preferência, em prazo não superior a 01 (um) ano.

Art. 3º A remissão do foro será gratuita.

Art. 4º Não se concederá remissão de foro a enfiteuta e débito com a Fazenda Pública Municipal ou Estadual.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### **JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei já foi objeto de autoria do nobre Deputado César Seleme proposto no início desta década. Contudo após ter tramitado por essa Casa de Leis sendo aprovado por todas as comissões recebeu uma emenda de plenário de autoria dos Deputados Hermes da Fonseca, Ângelo Vanhoni e Luciana Rafagnin. A referida emenda alterou o artigo 3º limitando a remissão gratuita, que era ampla e irrestrita a todos os imóveis, da versão originária do projeto, para imóveis rurais não superiores a 10 alqueires. Os demais dentro da proposta da emenda de plenário seriam onerosos em valores que seriam definidos pelo Governo, caso a casa. Por controvérsia da presente emenda preferiram arquivar o projeto depois de aprovado em primeira discussão. Ante ao precedente de legalidade e constitucionalidade já aferidos àquele projeto, tem-se por ultrapassada a matéria de constitucionalidade e legalidade do mesmo.

O Estado do Paraná mantém ainda a propriedade de um número reduzido de imóveis que há anos são explorados economicamente ou servem de moradia a cidadãos paranaenses e familiares.

Em razão da inexistência de destinação pública, os referidos imóveis poderão mais facilmente servir à finalidade social determinada constitucionalmente se a propriedade estiver consolidada em mãos dos agentes privados possuidores de direitos limitados no sistema atual, o que os impede inclusive de obter financiamento e outros benefícios condicionados à composição da propriedade plena.

A situação que se arrasta desde o ano de 2001, data da propositura do Projeto nº 524/01, indefinidamente. Há um clamor dos aforados no sentido de regularizar a matéria para que possam consolidar em seus nomes o domínio útil do imóvel mediante o exercício do direito de preferência, em prazo não superior a um ano.

PROJETO DE LEI Nº 283/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica desvinculada a obrigatoriedade territorial do domicílio ou residência do candidato à emissão da CNH - Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir, nos órgãos ou entidades de trânsito, no Estado do Paraná, observados os requisitos fixados no incisos I a II e Parágrafo Único do artigo 140 do CNT, Lei nº 9503 de 23/09/97.

Art. 2º As circunscrições de trânsito no Estado do Paraná farão a emissão e renovação da Carteira Nacional de Habilitação ou a Permissão para Dirigir em Veículos Automotor e Elétrico com base apenas em documento que comprove a residência e/ou domicílio no território do Estado do Paraná.

§ 1º Os documentos aceitos para comprovação de residência e/ou domicílio são os indicados na Portaria nº 221/08-DG, de 07/07/08 - DETRAN/PR.

§ 2º Fica autorizado o Despachante Oficial de Trânsito credenciado a atender aos proprietários de veículos automotores que sejam da circunscrição das CIRETRANS dos seus respectivos Municípios, desde que não exista outro despachante naquela localidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O artigo 140 do CTB, Lei nº 9503 de 23/09/97, limita a emissão de Carteira Nacional de Habilitação dentro dos limites do território estadual mediante comprovante de endereço. Importante projeto de lei de autoria do Deputado Federal Manato que tramita na Câmara de Deputados em Brasília, propõe a desvinculação territorial à emissão da Permissão para Dirigir e da Carteira Nacional de Habilitação nos órgãos e entidades executivos de trânsito.

Os Estados-membros seguindo a mesma linha normativa do CTB através dos seus DETRANs e CIRETRANS vedam a emissão de CNH e Permissão para Dirigir em Municípios diferentes do domicílio e/ou residência do cidadão (candidato a habilitação). Esta vinculação além de tirar o direito constitucional de liberdade territorial cria óbice e torna onerosa a emissão dos respectivos documentos.

A desvinculação da obrigatoriedade trará maior agilidade na emissão das CNHs em todo território estadual desonerando e destravando cotovelos que só burocratizam a vida dos cidadãos paranaenses.

Seguindo essa mesma diretriz aos despachantes também se aplicam os mesmos critérios, ou seja, não podem atuar além dos limites do seu Município nos DETRANs ou CIRETRANS. Por exemplo, um despachante vinculado ao

DETRAN de Curitiba/PR, não pode atuar no Município de Araucária, São José dos Pinhais ou Contenda, assim como um despachante vinculado ao DETRAN do Município de Guarapuava não pode atuar nos Distritos de Guará ou de Palmeirinha. Há, contudo, Distritos, regiões mais distantes que nem despachantes tem, forçando os moradores a ter que se dirigir ao Município ou Distrito cujo despachante esteja vinculado e nem sempre estes locais são os mais próximos do domicílio do interessado exigindo um deslocamento oneroso em todos os aspectos.

Assim contamos com os nobres Pares para aprovação da importante proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 284/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Clube de Mães Amizade, com sede e foro no Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo considerar de utilidade pública estadual o Clube de Mães Amizade, com sede na localidade de Rosário do Oeste - Zona Rural do Município de Três Barras do Paraná-PR.

Fundada em 18/06/02, o Clube das Mães Amizade é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, sem fins econômicos, de direito privado, que tem como objetivo a viabilização de projetos de assistência, buscando garantir a universalização do acesso, a igualdade de atendimento.

A declaração de utilidade pública será um importante amparo para que tenha continuidade sua missão e a consecução de seus objetivos.

O clube de Mães Amizade, preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação para sua declaração de utilidade pública, conforme se comprova com os documentos. Pois, possui personalidade jurídica, demonstrado no estatuto, com certificado do registro em Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Catanduvas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 285/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, sem direito a indenizações, para o patrimônio

do Município de Sarandi, de dois imóveis recebidos em doação daquela municipalidade, com as seguintes localizações:

1. Matrícula 005298, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Sarandi - Quadra nº 7 (remanescente), com área de 8.479,50m<sup>2</sup>, situada na planta do Jardim Social - Sarandi/PR e

2. Matrícula 005299, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Sarandi - Quadra nº 6 (remanescente), com área de 11.654m<sup>2</sup>, situada na planta do Jardim Social - Sarandi/PR

Parágrafo Único. Os imóveis revertidos, pelo Estado do Paraná, ao Município de Sarandi, serão urbanizados e destinados a área de lazer para comunidade.

Art. 2º As matrículas dos dois imóveis integram esta lei na forma de Anexo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, através da Lei nº 563/93, doou vários terrenos à COHAPAR, para o desenvolvimento do Programa Casa da Família, sendo que as quadras objeto das Matrículas 5298 e 5299 não foram utilizados e o Município que urbanizar essas áreas e transformá-las em local de lazer para a comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 286/10

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Procopense de Judô, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Procopense de Judô é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apolítica, sem discriminação religiosa ou racial, cujo objetivo está centrado especialmente no aprendizado, bem como na prática do Judô.

Esta Associação busca incentivar o desenvolvimento físico e moral de seus associados por meio do Judô, promovendo, organizando patrocinando, participando e dirigindo competições, campeonatos e torneios de Judô, tanto no Estado do Paraná como em nível nacional.

Para que a Associação Procopense de Judô possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu

estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 287/10

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância do Município de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção a Maternidade e a Infância do Município de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade a promoção da assistência a maternidade e à infância em geral, gerando saúde, pelo bem estar e pelas necessidades da criança e da gestante.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 288/10

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Mulheres do Distrito de São Luiz, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres do Distrito de São Luiz, é um ente associativo que realiza relevante trabalho na comunidade do Distrito de São Luiz, Município de Londrina.

Entre as diversas atividades realizadas a associação é mantenedora do Centro de Educação Infantil João Rampazzo, uma instituição essencial para as trabalhadoras do distrito.

A Associação de Mulheres do Distrito de São Luiz é parceira da Prefeitura Municipal e de outros entes públicos na promoção de políticas sociais na região, realizando cursos, eventos, e outros em prol da comunidade local.

Desta forma a Associação de Mulheres do Distrito de São Luiz é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 289/10**  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio Clarice Faria, com sede em Londrina-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Apoio Clarice Faria, com sede na Cidade de Londrina, desenvolve inúmeras atividades visando promover assistência social realizando palestras educacionais e principalmente orientação no planejamento familiar. O Centro de Apoio Clarice Faria procura incentivar estas famílias de forma simples e rápida de ganhar o seu próprio sustento, onde elas já contam com algum tipo de ajuda, mas não é o suficiente para sobreviverem com dignidade, sendo assim oferecem cursos de artesanato, pintura, crochê.

Trata-se, portanto, de um projeto que vai de encontro com a realidade das pessoas assistidas, desta forma fica claro o merecimento do reconhecimento como utilidade pública estadual.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Rossoni, para parabenizar à festa da democracia foi a convenção do PSDB e do Partido Progressista, no último sábado, no centro de exposições, em Pinhais. Foram milhares de pessoas que compareceram no lançamento da candidatura de Beto Richa ao Governo do Paraná e do candidato ao Senado Ricardo Barros. Parabéns. Acho que uma convenção é sempre uma festa da democracia, esperamos dos candidatos, inclusive Deputados Estaduais, Federais, do Senador, do Governador, do Presidente, uma campanha de um nível elevado, de respeito ao nosso povo e de debate dos grandes problemas do Paraná.

Seja quem for o candidato ou a candidata, se usar de baixaria na campanha eleitoral, eu estarei nesta tribuna, aqui, para criticar, ainda que venha a ser do meu partido ou de coligação, o povo não tolera baixaria. No curso da minha carreira política, já vi tantos candidatos serem derrotados, falam até bonito, mas usam a campanha eleitoral para lavar roupa suja, para ver defeito só no adversário, o que está atacando é um santo. Só que mais tarde, a opinião descobre que o santo, na verdade, era um capeta, às vezes é mais sujo do que galinheiro.

Então, o que o povo, creio que a grande maioria, deseja é um debate em nível elevado. Tem tanta coisa para se discutir, o problema da Segurança, como vai ser feito para restaurar a garantia de vida do povo - garantia de vida porque quantas pessoas estão morrendo vítimas de assalto - como vamos fazer para restaurar a segurança para a população, como vão fazer para melhorar a Saúde Pública para quem é trabalhador, trabalhadora, para quem é de baixa renda. Hospital, para quem pode pagar tem vaga à vontade não falta vaga para ninguém, para quem tem dinheiro, mas para quem não tem o dinheiro para deixar na portaria do hospital, pagar adiantado, deixar um depósito adiantado. É aquela história que batemos e repetimos: quanta gente acaba morrendo dentro de ambulância, na maca, na porta do hospital? Quanta gente tem quase que passar a noite acordada para chegar de madrugada na porta de um posto de saúde, na expectativa de conseguir uma consulta com um especialista. Para não falar das pessoas de baixa renda que estão aí há um ano, dois, três anos esperando o momento de serem operadas, às vezes têm um problema simples, mas que causa dor, causa sofrimento.

Então, a Saúde Pública precisa melhorar. E é isso que queremos dos candidatos em todos os níveis, creio que é isso que o povo espera nessa eleição, mais do que nunca.

Recebo o jornal Gazeta de Pinhais, da Cidade de Pinhais, do João A. Ramos. Traz aqui a semana do meio ambiente em Pinhais, alerta para a consciência ecológica. É sempre interessante um jornal local, porque ele acaba focando as notícias de interesse da população.

Registrar também o convite que a ex-Secretária Lygia Pupatto está fazendo. Parabéns. Ela convida para o lançamento do seu livro "Muito além do Jardim", dia 24 de junho, às 7h30, no BRDE, Palecete dos Leões.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Recebo e-mail do Adriano José Cerena:

*Boa tarde, nobres Deputados!*

*O que mais chama a atenção, não apenas da classe dos policiais militares e bombeiros militares, mas sim de toda a população brasileira, onde em todos os canais de imprensa anunciam que o Governo Federal, agora irá pagar o Bolsa-Família para moradores de rua e aos integrantes do MST. A pergunta que não quer calar,*

*nobres Deputados, é de onde vêm os recursos para fornecer essas bolsas, sendo que para o Governo Federal fornecer esse benefício a essas classes existe fundo suficiente, porém, para o Governo Federal auxiliar os Estados a complementar os salários dos PMs e BMs de todo o território nacional. Não estamos aqui tratando do mérito se essa ou aquela classe merece ou não, o que apenas o povo pergunta é de onde vêm tantos fundos para auxiliar uma classe. Existem muitos recursos, já para auxiliar uma classe que simplesmente defende o povo brasileiro, até mesmo com o sacrifício da própria vida (texto que faz parte do juramento do policial militar) não existe fundo suficiente para tal, mesmo sabendo-se que, alguns Estados, o Governo Federal não iria auxiliar com todo o fundo. Por isso apenas fica aqui, nobres Deputados, a pergunta: o que os policiais e bombeiros militares fazem pela Nação brasileira não é suficiente para que o Governo Federal possa olhar por esta classe, auxiliando os Estados a pagar um salário digno de tais classes?*

*Grato pela atenção, nobres Deputados.*

Para os moradores de rua a medida acho justa, agora, está indignado o Adriano, porque está anunciando que o Governo Lula está criando bolsa, indenização, salário para jogador de futebol. Também sou contra.

A pergunta que não quer calar, nobres Deputados, é de onde vêm os recursos para fornecer essas bolsas, sendo que para o Governo Federal pagar esse benefício para essas categorias existe fundo suficiente, porém, para o Governo Federal auxiliar os Estados a complementar os salários dos policiais militares e dos bombeiros de todo o território nacional, aí o Governo alega que não tem dinheiro para ajudar quem trabalha.

Não estamos tratando do mérito se essa ou aquela classe merece ou não. Apenas o que o povo pergunta é de onde vêm tantos fundos para auxiliar uma categoria. Uma boa pergunta.

Estou vendo aqui:

**(Lê):**

*Trabalhadores da SANEPAR deflagram greve.*

*Hoje, a partir das 8h, os trabalhadores se concentram em frente à sede da empresa.*

*Os trabalhadores da SANEPAR ligados ao Sindicato dos Trabalhadores no Saneamento do Paraná (SAEMAC) deflagraram desde a zero hora de hoje mais uma greve da categoria. Pelo menos 1 mil e 500 trabalhadores dos cerca de 3 mil representados pelo SAEMAC devem cruzar os braços, conforme expectativa do sindicato.*

*As principais reivindicações dos trabalhadores são a reposição salarial de 5%, gratificação de férias, estabilidade no emprego, segurança no local de trabalho e a recuperação das perdas salariais.*

*Hoje o salário inicial da categoria começa em R\$ 742, diz Gerti. O acordo coletivo de trabalho venceu em fevereiro, e desde lá acontecem negociações. A greve foi decidida após 48 Sessões da assembleia geral dos trabalhadores.*

Governador Pessuti, para não haver prejuízo para o atendimento para o atendimento para a continuidade do bom serviço da SANEPAR, seria bom que o senhor atendesse.

E estamos em ritmo de Copa do Mundo e a Copa é alegria para muitos, às vezes problemas para outros. Tenho um amigo, que foi gerente de banco, Deputado Greca, numa Copa do Mundo que o Brasil conquistou, ele foi soltar, explodir um foguete para comemorar e perdeu uma mão. Estava vendo uma reportagem, quanta gente acaba ferida nesse período de festa junina e também neste momento de Copa do Mundo de futebol.

E tem o caso, por exemplo, às vezes até de morte, eu peguei agora há pouco na internet uma notícia que a Banda B do nosso querido Deputado Luiz Carlos Martins transmitiu, uma mulher de 23 anos que estava de sete meses de gravidez acabou perdendo o bebê ontem, foi na Vila Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba, porque a mulher estava passando mal, estava na hora de ser levada para o hospital com urgência, estava com dor, o marido foi avisado, estava no trabalho, Deputado Quintero, pegou o carro e foi desesperado até sua casa para poder socorrer a esposa, mas o Brasil tinha acabado de ganhar o jogo, até com gol de mão do Luiz Fabiano, e o povo na rua comemorando, o marido dessa esposa tentando desesperado chegar na casa, mas no caminho, no bairro os torcedores com a bandeira do Brasil cercavam os automóveis, o automóvel tinha que passar, parar, passar a bandeira do Brasil em cima de cada automóvel e com isso o trânsito engarrafou, não era possível imprimir uma velocidade um pouco mais rápida - moral da história - quando o marido conseguiu se desvencilhar daquela confusão toda, da euforia, da comemoração pela vitória do Brasil, foi tarde demais e a esposa acabou perdendo o bebê de sete meses de vida.

É lamentável! Como impedir esse tipo de acontecimento desagradável? Sabemos que não é fácil, mas é preciso que numa comemoração haja respeito também. Se alguém estiver comemorando e passar alguém desesperado porque tem alguém na família passando mal, o torcedor consciente deveria abrir caminho para evitar que venha mais gente perder a vida como morreu esse bebê que poderia, quem sabe, ter tido a sua vida preservada, não fosse o empecilho daquele aglomerado de torcedores nesta comemoração.

Sr. Presidente, queremos mais uma vez parabenizar o Beto Richa pelo lançamento de sua candidatura, parabenizar o Ricardo Barros pela candidatura, o Beto Governador, Ricardo Barros Senador, e acho que vai dar uma grande disputa eleitoral no Paraná, tudo indica que haverá uma boa campanha, candidatos que conhecem com profundidade a história política do Estado, conhecem os problemas, os anseios, as necessidades do nosso povo do Paraná e com isto, não tenho dúvida, o Paraná deverá continuar marchando no caminho da prosperidade, no caminho do desenvolvimento, da paz, do amor, do respeito mútuo entre todos os nossos cidadãos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso a tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, porque na última semana, é de conhecimento de todos e da população do Estado do Paraná, que o Ministro Fuchs do STJ acatou a denúncia feita pelo Ministério Público Federal, não contra todos os que estavam sendo denunciados, pedidas as suas denúncias, mas contra o ex-Deputado desta Casa, ex-Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Heinz George Herwig, isso em função daquele processo todo, segundo o qual, a denúncia feita ao STJ, houve o desvio de cerca de R\$ 68 milhões dos cofres da COPEL, através de créditos tributários, supostamente para pagar ou pelo menos para ajudar campanhas eleitorais.

Faço uso da tribuna porque lembro que instalamos aqui uma CPI e nessa CPI no início de 2003 estivemos analisando justamente os créditos tributários, e ao término da CPI apontamos vários indícios de fraude com várias pessoas que deveriam responder ou seriam ouvidas após a CPI ter feito as suas investigações, não foi possível ouvir, a época, o Presidente do Tribunal de Contas. Mas agora me parece que o Ministério Público Federal fez e o que está sendo feito através do STJ é dar continuidade àquele processo. Obviamente vamos aguardar que o STJ não leve 10 anos para julgar a ação, entendendo que houve atos de improbidade, formação de quadrilha como está sendo feita a denúncia para o Ministério Público ou não, mas que não leve 10 anos para que aconteça a prescrição como aconteceu em outros casos.

Lembro, à época que aqui já tínhamos informações, levamos ao Governador Requião, no dia seguinte ao contato que fizemos com ele, ele reafirmou, ligou para o ex-Governador Jaime Lerner e informou o que estava acontecendo na COPEL. Ele fez esta afirmação várias vezes, inclusive na Escola de Governo novamente ele falou que havia colocado a situação para o Governador Jaime Lerner que teria dito que iria tomar as providências devidas. Pois bem, o ex-Governador Jaime Lerner não foi indiciado nesse processo, o STJ entendeu que ele não deveria ter o mesmo tratamento que teve o Sr. Heinz Herwig por entender que era uma denúncia feita por inimigo político, no caso o ex-Deputado desta Casa aqui também, Toni Garcia. Mas o que me chama a atenção é a demora que levamos para chegar a essa conclusão, quando terminamos a CPI aqui, em 14 de dezembro daquele ano entregamos toda a documentação ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público Estadual.

O Ministério Público Federal passou a fazer a investigação até porque havia foro privilegiado, uma vez que entre outras a pessoa que estava com o nome no rol de pessoas que poderiam se beneficiar daquele processo

fraudulento dos créditos tributários da COPEL. Naquele rol estavam não só dois Secretários de Estado, mas também o Presidente do Tribunal de Contas, por isso o processo foi ao Ministério Público Federal, por isso foi ao STJ. Agora sete anos e meio para termos pelo menos um indiciamento ou o acatamento da denúncia é muito tempo! É muito tempo, não podemos viver com este tipo de Justiça! Espero que após essa situação tenhamos aí nas próximas semanas, nos próximos meses, em definitivo, uma sentença que absolva ou que condene! Agora que não leve isso em banho-maria para que se espere mais cinco, seis, sete, oito, dez anos, porque daí quando as coisas acontecerem já não significam mais nada!

Estou aqui fazendo uso da tribuna para mais uma vez reafirmar que aquilo que nós dizíamos sete anos atrás, aquilo que apontávamos sete anos atrás e infelizmente, apesar do tempo, se confirmou, sete anos e meio depois quando o STJ acata a denúncia feita pelo Ministério Público entendendo, sim, que os créditos tributários não eram devidos, que a COPEL agiu de forma errada, que as pessoas envolvidas, são dezenas de pessoas envolvidas e o fizeram com o intuito de lesar os cofres públicos, que houve uma série de irregularidades nessas ações e haverá um desdobramento. Algumas daquelas pessoas, os senhores estão lembrados, foram presas logo após o ocorrido, logo em seguida também houve um processo de relaxamento de prisão, continuam respondendo o processo, mas o que nos importa é saber que os principais responsáveis, entre eles aqueles que estão, muitas vezes com foro privilegiado, não podem ficar impunes sob qualquer hipótese.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita a Deputada Rosane Ferreira.

### ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso do Pequeno Expediente para justificar que estarei entrando agora, protocolarei junto à Mesa, duas indicações. Uma indicação solicitando ao Coronel Aramis Linhares e ao Governador Orlando Pessuti, que instale dentro do terminal Alto Maracanã, em Colombo - na sequência estarei procurando a Deputada Beti Pavin e o Deputado Strapasson, para que assinem comigo caso concordem com essa indicação - uma espécie de módulo policial. Precisamos com urgência da presença da Polícia Militar, dentro do terminal. Faço isto porque fui procurada - depois da nossa conversa, aqui, Deputado Greca, semana passada, onde retomamos a questão do transporte coletivo - por uma série de pessoas de várias Cidades da Região Metropolitana pedindo socorro.

O terminal do Alto Maracanã, por lá passam cerca de 37 mil pessoas por dia. Fiquei assustada com o



número imenso de passageiros que passam por aquele terminal. Trinta e sete mil pessoas, são mais que 90% das Cidades do Paraná. Que coisa! Temos um trânsito de pessoas que equivale a muitas Cidades do nosso Estado. Lá tem acontecido toda a sorte as questões ligadas à Segurança Pública: assaltos, furtos, ameaças, extorsões. Temos algumas situações onde, simplesmente o marginal fica do lado e ameaça o cobrador. Ele diz: “Não, esse aqui vai passar, não vai pagar uma passagem inteira, vai me dar só R\$ 1. Você pode passar”. As pessoas acabam agindo dessa forma.

Então, precisamos de uma atenção especial, porque lá transitam trabalhadores, gente que é obrigada a se deslocar, muitas vezes em transporte coletivo complementar inadequado, em pé, sem uma acomodação digna. Mesmo assim sujeito a toda sorte de ação, de insegurança. Então, estou fazendo essa indicação.

A outra indicação diz respeito, mais uma vez, à questão de Rio Branco, Almirante Tamandaré. Outro dia fiz um aparte na fala do Deputado Rafael Greca, agora faço uso para dizer: precisamos dar uma atenção especial, de verdade, para os usuários do transporte coletivo da Viação Sul, que se dirige para Almirante Tamandaré, Rio Branco e Itaperuçu.

Hoje, faço um pedido aos Srs. Deputados, na hora que terminamos esta Sessão, quando formos embora, para quem segue aqui pela Cândido de Abreu rumo ao centro, olhem à esquerda e vocês vão ver a dimensão do problema que temos em relação a essa questão. Temos aqui na Cândido de Abreu, num ponto simples, quase o movimento de um terminal metropolitano de gente. São filas quádruplas de pessoas, que se amontoam aguardando o transporte coletivo. Fiz mais essa indicação à URBS, ao Sr. Marcos Isfer, para que olhem com atenção.

O ex-Prefeito, Beto Richa, agora candidato oficialmente ao Governo do Estado, terá que cuidar com muita atenção na hora de elaborar o plano de Governo, na hora de ir buscar apoio para as propostas de resolução desses problemas.

Todas as pessoas que estão me ouvindo e vendo neste momento, esse é o nosso apelo.

Estamos em véspera de começar a campanha eleitoral deste ano. Vamos ver quais são os melhores programas para resolver esses problemas que são eternos. O problema das superlotações em horários de pico dos ônibus metropolitanos, a questão da Segurança Pública, o destino adequado do lixo. Essas questões são fundamentais. Temos que eleger Governantes, para o Poder Executivo, que toquem de uma forma eficiente e eficaz nessas questões. Protocolei e devo fazer, na próxima semana, mais uma fala ainda sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

## ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Endosso aqui as palavras de preocupação da Deputada Rosane, do PV, com relação ao transporte metropolitano. Endosso também as suas palavras de solidariedade aos usuários das linhas integradas com a Cidade de Almirante Tamandaré, com a Cidade de Itaperuçu e com a Cidade de Rio Branco do Sul, pessoas que ficam submetidas em grande extensão para fora da estação tubo aqui na esquina da Assembleia, na Cândido de Abreu com a rua Barão de Antonina, no lugar onde está a primeira sede da Federação das Indústrias do Paraná.

Mas hoje, vim falar aqui do problema dos balões. Ontem a Cidade de Curitiba foi surpreendida pelo noticiário da prisão de sete baloeiros no bairro do Boqueirão.

O Comandante da Força Verde, Tenente-Coronel João Alves da Rosa Neto, deu entrevista dizendo que a soltura de balões, comum nesta época do ano, é prejudicial à Cidade e ao meio ambiente, à flora e à fauna. Mas, sobretudo, é extremamente arriscada para a conservação da natureza e para a preservação do patrimônio urbano do Paraná e do Brasil.

A prisão dos baloeiros no bairro Boqueirão, de Curitiba, deve merecer o apoio da Assembleia. Ontem mesmo, na Cidade do Rio de Janeiro, o morro atrás da praia de Copacabana, entre a praia de Copacabana e a lagoa Rodrigo de Freitas, o Morro dos Cabritos, onde está o Parque da Catacumba, um parque municipal importante do Rio de Janeiro, ardeu em chamas.

As pessoas dos apartamentos próximos ao morro tiveram que deixar as suas residências por causa do incêndio, do desastre ambiental de grande proporção, provocado pela tocha de um único balão.

Aqui em Curitiba, quando Prefeito, eu mesmo observei várias ocorrências de incêndios em depósitos que ficam fechados nos finais de semana, ou em instalações industriais, também por causa da queda de tochas de balcões.

A tradição de comemorar Santo Antônio, São João e São Pedro é bonita. É lusitana. Vem dos tempos coloniais, das raízes, da alma do povo brasileiro. São Antônio é o Santo de Lisboa. Embora chamado de Santo Antônio da Pádua, é Santo nascido em Lisboa. E por mais de 800 anos, comemorado pelos de descendência portuguesa. Comemoração essa que atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil. São João é Santo do Porto, da Cidade portuguesa do Porto. E também comemorado por herança colonial. E São Pedro, por extensão, é Santo católico, é o apóstolo predileto de Cristo e o fundador da Igreja.

Então, comemorar os três Santos de junho é coisa boa. O que não é bom é botar fogo na Cidade e no campo,

pelo método ultrapassado de celebração, que é até poético, um balão que às vezes rivaliza com as estrelas quando brilha no céu, mas quando ele se extingue e quando o breu da sua tocha cai na terra, ele causa desastre ambiental.

Ontem, estive na comunidade do Caximba, onde se comemorava os 50 anos da Capela de São João Batista. Tive oportunidade de ver lá a alegria do povo daquela comunidade lutadora, que merece toda a solidariedade e a gratidão de Curitiba pelos anos em que suportou o aterro sanitário de lixo. Não só de Curitiba, como de toda a Região Metropolitana.

A festa de 50 anos da Capela de São João, do Caximba, foi muito bem organizada pela professora Cavichiolo, que é a encarregada da animação pastoral naquela comunidade. E foi um momento de nos lembrarmos do fundador da capela, o velho Bispo já falecido, Dom Gerônimo Mazarotto, que arrancou a terra para a construção da capela de um outro italiano, seu primo, o velho João Parolin.

Deputada Rosane Ferreira, arrancar terra de italiano é coisa difícil. Só mesmo um primo Bispo para conseguir uma doação. O velho João Parolin doou o terreno, em 1970, para Dom Mazarotto, e foi construída a capela do Caximba. Os moradores do Caximba, famílias Pilatto, Cavichiolo, Tortato, foram tradicionalmente agricultores, colonos, vindos a partir da colônia mais antiga de São Pedro, de Umbará.

Recheavam erva mate, faziam tijolos de telhas com o barro das margens do rio Iguaçu e também exploravam areais. Hoje o bairro do Caximba é desenvolvido e acrescido de novas populações, com a Gleba da Ordem, as moradias de Santa Rita do Tatuquara, a parte Sul da Cidade se desenvolve de maneira extraordinária.

E eu, participando desta festa de gratidão à população do Caximba e de homenagem aos seus pioneiros, pude ver que foi uma festa sadia, sem a soltura de balões.

Também no sábado à noite, nos olhos d'água em Campina Grande do Sul, na chácara de Walter Schartz, fomos a uma festa junina com quadrilha, pipoca, quentão, fogueira, e sem balões.

Então, fica meu apelo aos que nos ouvem pela televisão e a todos os Deputados, para que transmitam às suas bases eleitorais, de solidariedade à política do Corpo de Bombeiros e da Força Verde, de reprimir a soltura de balões. Quem duvida olhe o jornal de hoje, tantos os jornais nacionais como o jornal Gazeta do Povo, com a fotografia de Copacabana, com o morro incendiando atrás dos prédios como se houvera um vulcão dentro da Cidade do Rio de Janeiro.

Era o que eu tinha a dizer. Boa-tarde a todos!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente. Srs. e Sras. Deputadas.

Uso o horário do Grande Expediente para discorrer sobre um fato que nós, por inúmeras vezes, já nos manifestamos nesta Casa. Aliás, a Assembleia Legislativa, na Legislatura passada, criou uma CPI da Reforma Agrária, integrada por todos os partidos, através de seus Deputados, para fazer um levantamento no Estado do Paraná no que diz respeito à reforma agrária e também à questão fundiária no nosso Estado. Nós visitamos assentamentos, acampamentos e invasões, sempre acompanhados pelo Ministério Público, desde a primeira reunião que realizamos aqui na Assembleia Legislativa como também as visitas que realizamos no interior do Estado do Paraná, sendo que fomos para o centro do Estado, para o Oeste e para o Noroeste, onde se concentram as maiores invasões de terras do nosso Estado que realizamos. Após o trabalho concluído, havia muitos proprietários que haviam conseguido a sua reintegração de posse na Justiça e que o Governo do Estado não estava cumprindo a reintegração de posse. Nós criamos uma Comissão Especial na Casa - a qual presidi - e visitamos algumas fazendas invadidas que tiveram a reintegração de posse concedida pela Justiça e que o Governo do Estado não cumpriu a reintegração de posse a esses proprietários.

Mas hoje, Srs. Deputados e caros paranaenses que nos assistem, quero especificamente falar sobre uma fazenda e não uma fazenda de produção mas um campo experimental conhecido como Fazenda Syngenta. Inúmeras vezes falamos sobre essa área que fica localizada no Município de Santa Tereza do Oeste, próximo à Cidade de Cascavel. Essa fazenda ou esse campo experimental foi invadido, se não me falha a memória, em março de 2006 e os proprietários imediatamente conseguiram a reintegração de posse sendo que o Governo do Estado não a fez. Passados mais alguns dias ou meses, a Justiça determinou uma multa diária para o Governo do Estado caso não viesse a cumprir a reintegração de posse lá em Santa Tereza do Oeste. Quando expirou esse prazo da reintegração e aí seriam aplicadas multas pessoais ao próprio Governador do Estado, na época Roberto Requião, em um entendimento que se manteve com a Via Campesina, que estava naquele campo experimental, eles saíram da área e ficaram acampados ao lado da Fazenda Syngenta, sendo que passada uma semana eles voltaram novamente a ocupar essa área. Nova ação se promoveu na Justiça para a reintegração dessa posse. Acredito que a Syngenta está hoje estabelecida em dezenas, centenas de Países nesse continente, e não por um mar de terra que ela estava lutando, que era de sua propriedade legítima, de repente ela repassa essa área de terras para o IAPAR, para um centro de pesquisas.

Mas antes de passar essa área para o Governo do Estado, é importante lembrar nesse momento que naquela ocasião houve um confronto entre os sem-terras

e os seguranças daquela área, ou seja, do campo experimental. Infelizmente duas pessoas morreram, um segurança, e um deles falam de um sem-terra. Eu já disse muitas vezes que não foi um sem-terra, quem morreu infelizmente nesse confronto, Srs. Deputados, foi um segurança, e outro, que infelizmente perdeu a sua vida nesse confronto, Srs. Deputados, era um funcionário da FUNPAR, Fundação da Universidade Federal do Estado do Paraná, não era um sem-terra. Mas o que esse cidadão, o Kenion, estava fazendo lá, se ele não era um sem-terra. Ele era o líder. Então ficou claro e ficou provado para a sociedade que quem liderava e quem lidera o movimento do sem-terra não são só as pessoas que não têm terra, mas são líderes e até funcionários públicos, como é o caso do Kenion, que é um funcionário, senão público, mas funcionário da FUNPAR, que é da Fundação da Universidade Federal do Paraná.

Mas para que os proprietários, como disse, não ficassem se incomodando eles repassaram essa terra para o Governo do Estado. No ano passado o Governo do Estado ele mobilizou centenas ou milhares desses movimentos sociais entre aspas, seja os Via Campesina, o MST, enfim, todas essas associações, como disse, movimentos sociais entre aspas, reuniram milhares de pessoas lá em Santa Tereza do Oeste, quando se denominou por essa área o nome do Sr. Walmir Motta de Oliveira, o Kenion. Deputado Antonio Belinati, ora, por que denominar essa área que a Syngenta doou para o Governo do Estado de Walmir Motta de Oliveira, o Kenion? Que perdeu infelizmente a sua vida. Mas ele não era um sem-terra. O importante que se diga que era um campo em experiência, que são 120 hectares de terra, dos 120 hectares de terra, 70 hectares são de preservação permanente, apenas 50 hectares que eram usados para a ciência, para a pesquisa experimental. Ora, se você ocupa uma área dessa para reforma agrária, que era o movimento que eles tinham feito, e ela foi invadida com esse objetivo, apenas cinco famílias seriam alocadas porque nos assentamentos que nós temos no Estado do Paraná e no Brasil, dependendo da localização, dependendo da área, da formação do solo, da terra, são 10 hectares de terra que cada assentado recebe.

O senhor sabe quantas famílias trabalhavam no campo experimental Deputado Marcelo Rangel Cinquenta famílias trabalhavam nesse campo experimental. Por que eu faço todo esse relato para os Srs. Deputados? Para mostrar a indignação que nós temos e a sociedade tem. Ora, o Governo Federal e os Governos Estaduais precisam investir na pesquisa. E nós sabemos o que era o IAPAR no Paraná e o que ele é hoje, é uma entidade de pesquisa. E o IAPAR recebeu de presente esse centro de pesquisa aqui em Santa Tereza do Oeste. Esse centro de pesquisa que foi doado para o IAPAR levava o nome de Centro Agroecológico com que objetivo o Governo do Estado usa essa área para fazer a pesquisa. Fui procurado, neste último final de semana, pelo Presidente da

COPAVEL Sr. Dilmo Grolli de Cascavel. Gostaria de conversar com o Governador Orlando Pessuti. Governador, V. Exa. que administra o Paraná hoje: que sempre tem se identificado com o agronegócio do nosso Estado; V. Exa. que veio, tem suas origens na EMATER; V. Exa. sempre deu uma atenção muito grande para agricultura do nosso Estado. Governador Orlando Pessuti, não permita que aconteça aquilo que o presidente da COPAVEL Dilmo Grolli transmitiu para mim este final de semana: que o Governo do Estado, vai ceder uma área do centro de pesquisas de Santa Tereza do Oeste para construir um presídio, uma colônia penal. Não é possível e não podemos aceitar isso.

O Brasil que investe apenas 0,8% do seu PIB na pesquisa, na ciência, na tecnologia, quando precisamos produzir mais e gastar menos. Como se faz isso? Através da pesquisa, da ciência. E quando o Estado não faz o setor privado faz. Mas, quando o setor privado faz a Via Campesina o MST recebe apoio por parte do Governo, não do Orlando Pessuti, mas do ex-Governador Roberto Requião, recebe apoio para que permaneçam lá no Centro de Pesquisa do Oeste do Estado. Temos hoje, nessa área, implantado o IAPAR. Querem construir, conforme o presidente da COPAVEL, uma colônia penal dentro do Centro de Pesquisa. Faço esta denúncia hoje aqui na Assembleia Legislativa.

Espero que o Governo do Estado do Paraná não permita isso. O Paraná e o Oeste do Paraná já receberam de presente do Governo Federal, um presídio de segurança máxima, implantado e instalado no Município de Catanduva. Lá estão todos os presos de alta periculosidade. Agora, o Governo Estadual vai admitir construir um presídio num centro de pesquisas público que é o IAPAR. Sinceramente, não vamos permitir que isso aconteça. Os nossos agricultores precisam produzir mais. Como eles vão produzir mais? Através da pesquisa. Pesquisa privada ou pesquisa através dos órgãos públicos. Temos a EMBRAPA a nível nacional. Temos, no Paraná, o IAPAR que lá está instalado. Agora, pegar uma área de terra do centro de pesquisa e construir uma colônia penal! Existem tantos lugares no Oeste! Precisamos sim de mais presídios no Paraná e no Brasil.

Mas, não vamos tomar uma área de terra que pertence ao agronegócio, que pertence à pesquisa, que pertence à ciência e tecnologia. Pelo contrário, o Governo do Estado devia sim ampliar a pesquisa para que os nossos agricultores pudessem produzir mais.

Deixo um pergunta para reflexão para a sociedade do Paraná: há 20, 30 anos, Deputado Artagão, V. Exa. que é de Guarapuava, aquela terra de Guarapuava até Três Pinheiros se, há 30 anos, alguém queria, qualquer cidadão dizia: “Olha, eu tenho 20 alqueires de terra nessa região e dou de presente para você”, eles responderiam: “Muito obrigado, não quero porque lá não dá nada.” Era uma terra totalmente improdutiva, mas,

Deputados e Deputadas aqui presentes, graças à pesquisa, hoje, se produz mais milho nessa região de Guaparuva do que no Oeste do Paraná. Por que se produz mais? Porque se investiu na pesquisa, se investiu na ciência e na tecnologia.

Faço um pedido ao Governador do Paraná Orlando Pessuti: por favor, Governador, não permita que isso aconteça. Vamos deixar essa área que é denominada centro de referência em agroecologia, controlada hoje pelo IAPAR. Se este Governo não tem investido em pesquisa, este que eu digo é o Governo Requião que já tem passado, deixe para o próximo Governador. Com toda certeza, os nossos agricultores precisam. Perdemos um centro de pesquisa no Oeste do Paraná, que era privado se tornou público e, agora, querem tomar o que é público para construir uma colônia penal. Não permitirmos isso. Eu conclamo, daqui da tribuna, para a sociedade organizada do Oeste do Paraná, para as cooperativas, para os sindicatos, para as associações comerciais, para AMOP, para CACIOPAR, que são do Oeste do Paraná, nos mobilizarmos, não permitimos que esta colônia penal seja construída num centro de pesquisas. Não tem lógica, não justifica e não podemos aceitar isso.

Não sei como funciona a parte legal, mas se precisar de lei, aqui na Assembleia, jamais poderemos aprovar de repassar qualquer área de terra para União ou mesmo tirar do IAPAR, para repassar para Secretaria da Segurança Pública construir naquele local uma colônia penal. Precisamos de mais presídios, mas escolham outro local. Vamos deixar a pesquisa para que os nossos agricultores possam produzir mais. Os agricultores já provaram que sabem produzir. O Paraná é o primeiro Estado do Brasil na produção de milho e trigo; é o segundo na produção de soja; produzimos mais de 30 milhões de toneladas de grãos no nosso Estado. Tudo isso é referência. Por que produzimos isso? Graças à pesquisa. Tivemos agricultores, agora, Deputado Nelson Justus, que produziram mais de 200 sacas de soja na última safra. Quando há 10 anos atrás alguém produzia 120, 130 sacas de soja, era uma superssafrá; quem produzia 250 sacas de milho no Oeste do Paraná era uma superssafrá. Hoje, se colhe 400, 450 sacas de milho por alqueire. Por quê? Porque alguém fez a pesquisa, estudou a semente, estudou a genética, alguém disse: “Nesta terra tem que se plantar desta semente.” E nós só vamos obter isso por meio dos nossos técnicos.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, à toda sociedade: não vamos permitir que transforme um centro de pesquisas numa colônia penal, lá no Oeste do Paraná. Construam, sim, mas achem um outro local. Este é o alerta que faço. Espero que a sociedade se mobilize, mas, acima de tudo, espero que o Governador Orlando Pessuti tenha o bom senso e não deixe que isso aconteça em nosso Estado, em nossa região querida do Oeste do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PPS/PMN. Democratas. Bloco PSB/PRB/PV. PT. PSDB. PDT.

(**Todos declinam**).

PTB. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quem não tem caixa dois? Lembram-se dessa frase famosa? Quem não tem caixa dois? Lembram-se dessa frase, Deputado Litro, Deputado Belinati, Srs. Deputados? Deu muita confusão quando eu falei aqui. Agora, abro o jornal e lá no jornal... Quero dedicar esse meu discurso ao Presidente da OAB, gente fina, dedicar a ele essas minhas palavras, à nossa gloriosa OAB/PR, que eu não ouvi falar nada. Só porque eu falei, aqui, quem não tem caixa dois, ele mandou o Ministério Público para que eu falasse o que era, ficou enchendo a paciência porque eu falei uma palavra aqui, uma frase chave no Paraná.

Agora, está no jornal, Presidente da OAB, V. Exa. que é um grande moralista, nunca fez nada de errado, nunca levou uma canetinha da OAB para casa, o caixa dois está aparecendo, mais um. Primeiro, que no mesmo dia, três denúncias estão colocadas aqui, na sexta-feira, no jornal Gazeta do Povo: *TRE dá continuidade ao processo de suposto caixa dois de Beto Richa*. Caixa dois do Beto é aquele caixa que todo mundo já viu e o Paraná quer isso, o Paraná quer que continue o caixa dois, tanto é que o Beto Richa é o preferido nas pesquisas. Se o Beto Richa é o preferido das pesquisas é porque o Paraná quer que continue o caixa dois. Está aqui: Ministério Público e a Justiça mandam prosseguir o caixa dois contra Beto Richa.

O caixa dois do Beto Richa é aquele caixinha vagabundinho, aquele bem vagabundinho, aquele que apareceu, que vimos o dinheiro, todo mundo viu o dinheiro, a televisão mostrou aquela quadrilha toda distribuindo dinheiro, mostrou, está lá o dinheiro, só não se sabe de onde veio, mas que foi distribuído. E prova disso é que um dos envolvidos, o ex-Secretário Metropolitano já estava na convenção, junto, abraçado com o Beto Richa, estavam todos juntos, reunidos, como diz o alemão, o Elio Rusch, o Beto Richa, o Manassés, abraçadinhos, uma beleza!

Viram como é? O povo esquece logo, estava lá o homem que distribuiu o dinheiro abraçado com o Beto Richa. Uma beleza! É normal apoiar o Beto, o Beto é o guri da vez, o menino da vez. O Beto Richa nunca fez nada de errado aqui na Assembleia Legislativa, nunca, quem fez foi o Ezequias, não foi ele, o Ezequias que tinha

os gafanhotos, não era o Beto, era o Ezequias. Mas, não deu nada, não vai dar nada. Está em 1º lugar nas pesquisas, o povo quer que continue assim. Já teve até devolução de dinheiro, mas está tudo bem, o povo do Paraná quer que continue, que agora o homem seja Governador. Nada pessoal contra o Beto Richa, os defensores dele não se ofendem, é só a verdade.

Bom, enfim, voltando ao caixa dois, tem o caixa dois do Beto. Já estão dizendo: “Não, mas se pegar, vai pegar o pobre do coitado do vice, porque ele já renunciou.”

Vamos para o segundo caso: o Juiz Moro condenou outro caixa dois. Este de 7,3 milhões, envolvendo aquele pobre daquele empresário Darci Fantin. Gente fina ele. Recebeu um dinheirinho a mais do BANESTADO. Todo mundo roubou o BANESTADO, por isso que acabou do jeito que acabou o banco. E ele foi condenado à prisão, mas o Poder Judiciário, como é a primeira vez, não precisa ficar preso. Pode ir lá, é semiaberto. E o dinheiro foi para onde? Dez milhões foram transferidos para a conta da empresa fantasma. Presidente da OAB, pegaram 10 milhões, sacaram na boca do caixa e fizeram um rateio chamado caixa dois. O Ministério Público diz aqui, questionado sobre quais as campanhas políticas, quem recebeu o dinheiro, o Ministério Público afirma que só vai comentar o assunto quando receber os autos do processo. Então, vai aparecer para quem foi os 10 milhões. Está aqui na Gazeta do Povo do dia 18 de junho. Foi distribuído num caixa dois na campanha de 1998? Tinha eleição em 1998? Foi o ano que o Governador gastou mais em publicidade. Pegaram o dinheirinho para a campanha de quem?

Isso aqui é um processo. Já existe uma sentença e não vi o Presidente da OAB dar um pio sobre isso. Tenha a coragem de falar sobre isso, ou o empresário é seu amigo? Não deve ser. Ou os políticos são seus amigos? Também não devem ser.

Esse dia estava carregado esse jornal. Tem o caixa dois do Beto, o caixa dois de 1998, e o STJ condena por peculato uma pessoa também do Governo Jaime Lerner. Quando falo aqui do Governo Jaime Lerner, falo que tem coisa. E agora recebi uma documentação que estou analisando, que me arrepiou. Não posso atacar ninguém sem ter a devida comprovação, mas me chamou a atenção essa documentação. Olha que negócio feio essa documentação que eu recebi. É que eu começo a receber os negócios, o pessoal sabe que eu não vou ser candidato e vou falar tudo que aparecer. Vai aparecendo e vou falando, porque tem gente que não quer falar.

Mas, enfim, Sr. Presidente, aqui está e eu gostaria de saber qual é o posicionamento da OAB, porque quando eu falei aqui: quem não tem caixa dois? Oh, falou quem não tem caixa dois. Fiz a pergunta, o Presidente da OAB deu um ataque de sentimento patriótico brasileiro nele: “Olha que barbaridade, o cara falou em caixa dois! Meu Deus do Céu!” E agora eu vejo aqui sentença condenatória da Justiça Federal - tem um empresário condenado - o dinheiro foi para a campanha de 1998 do Paraná.

Olhem as campanhas que estão vindo aí de novo! Jatinho voando, empresário pagando, olha a campanha aí, olha o caixa dois, OAB! Como é que estão voando por aí, andando, caminhando, pagando, quem é que paga essa festa que está aí? Quem é que paga?

Enfim, está aqui no jornal, então, não sou eu que estou falando, sete ponto 3 milhões, caixa dois, diz o Ministério Público que vai contar quem é que são os políticos que pegaram essa graninha, bem pouquinha, não é, é um caixinha dois bem pequenininho, coisa pequena! É dinheiro de bêbado, dinheiro de bebedeira! Dez milhões, porcaria! Mas no caixa dois de 1998 andou, meu caro Presidente da OAB, V. Exa. que está nesses momentos, está com essa vontade de patriota, o coração está cheio de amor para dar, dá uma olhadinha depois, manda um documentinho para nós também dizendo como está esse negócio. Fique indignado, Presidente da OAB, fique indignado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Na verdade eu nem vou usar o horário da Oposição, apenas fazer um registro, eu sei que de repente pode causar certa estranheza fazermos pessoalmente, mas eu gostaria de registrar a data de hoje, dia 21 de junho de 1974 os meus pais, Alberto e Ormindia Rusch se uniram e casaram no Rio Grande do Sul e hoje eles completam 63 anos de casados. Eu sei que eles estão em casa e com toda certeza talvez estejam até nos assistindo, mas gostaria de deixar registrado, eu sempre tive todo apoio de meus pais, eles sempre foram exemplo de amor, de carinho, não só para seus familiares, mas para seus vizinhos, seus amigos, e então gostaria de deixar registrado hoje aqui na Sessão - 63 anos de feliz matrimônio, de convivência de meus pais, Alberto e Ormindia Rusch - muito obrigado pela oportunidade que vocês deram para mim na minha vida. Um grande abraço a vocês.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns. Algo difícil hoje, mas parabéns.

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Antes de passar a Ordem do Dia, quero, Srs. Deputados, dizer que as recentes reportagens do grupo RPC, Gazeta do Povo, abusaram do direito de errar, descumprindo o compromisso que os veículos de comunicação possuem, que é o dever de informar com independência e responsabilidade.

A seguir, permitam-me realizar a leitura de três notas oficiais da Assembleia sobre as mentiras veiculadas nesses últimos dias.

#### NOTA 1

(Lê)

“Na edição do jornal Paraná-TV 2ª Edição, dessa sexta-feira, dia 18/06/10, foi veiculada matéria na qual o repórter da afiliada da Rede Globo afirmou que uma das práticas ilegais denunciadas na série Diários Secretos é a utilização de Diários Avulsos. Segundo a matéria veiculada pela RPC-TV, afiliada da rede Globo no Paraná, a prática ilegal continuaria sendo adotada.

A matéria veiculada não condiz com a verdade ou seja, é uma divulgação irresponsável, principalmente porque, antes da matéria ser publicada, diretores da Casa explicaram com riqueza de detalhes a necessidade de determinados Diários Avulsos, sendo que os repórteres fizeram pouco caso das explicações, levando ao ar a edição inverídica e sensacionalista que melhor convinha aos interesses do grupo (o que não foi a primeira vez, infelizmente).

A Presidência desta Casa já afirmou que não serão publicados Diários Avulsos envolvendo matérias indevidas, sem identificação da data, matéria e ampla publicidade. E isso efetivamente está acontecendo! O Diário Avulso constando informações de nomeações e exonerações, sem ampla publicidade e devida identificação não existe desde o conhecimento das denúncias do Ministério Público.

Assim, não são publicados Diários Avulsos, senão estritamente os previstos na lei e com ampla publicidade, como se verifica no próprio site da Assembleia.

A matéria lamentavelmente baseia-se em fatos completamente distintos e maliciosamente atribui aos novos diários publicados, inclusive, na internet, uma suposta situação de ilegalidade e de descumprimento de conduta que não existe na Assembleia, confundindo a opinião pública justamente em época de importante reformulação na Casa de Leis.

A esse respeito, frise-se ao contrário do que induz a malfadada matéria, não há qualquer decisão judicial proibindo a publicação dos Diários Avulsos previstos na legislação da Assembleia. Da mesma forma não há qualquer decisão judicial atribuindo multa por descumprimento de qualquer fato envolvendo a publicação dos novos Diários da Assembleia.

Os novos Diários publicados e disponíveis, também, na internet estão devidamente numerados e identificados com a data a que se referem, sendo facilmente localizados por qualquer cidadão, em atenção ao princípio da publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

A expressão Diário Avulso, permanece sendo adotada apenas nas questões que o próprio Regimento Interno da Assembleia prevê - como, por exemplo, as emendas previstas no artigo 141 do Regimento da Assembleia. Nesse sentido, foram publicados 3 (três)

Diários Avulsos, exclusivamente sobre Propostas de Emenda Constitucional, como atribui a vigente legislação do Poder Legislativo e conforme exaustivamente esclarecido àquela rede de comunicação. Ainda assim, em atenção a determinação do Presidente da Casa, os Diários Avulsos estão sendo publicados com identificação e data de publicação, estando disponíveis a toda sociedade pela internet, permanentemente.

Ou seja, embora a matéria fantasiosa tente desmerecer as condutas de transparência da Assembleia, é notório que todos os Diários estão disponíveis para amplo e irrestrito acesso de todos os cidadãos. Para confirmação dessas informações basta qualquer cidadão entrar no site: <http://www.alep.pr.gov.br/diarios/index.php>.

Não há, portanto, dificuldade de acesso e controle aos Diários.

Deste modo, com os atos de transparência da atual Mesa Diretiva da Assembleia, definitivamente não há a possibilidade de Diários Secretos na Assembleia, como infelizmente tenta afirmar um grupo de comunicação.

A Assembleia Legislativa esclarece que todos os gastos com a publicação dessa nota oficial serão objeto de ação de indenização contra a Rede Paranaense de Comunicação, visando o ressarcimento pelo dano material e moral causado a Casa de Leis do Povo do Paraná.

#### NOTA DE REPÚDIO À MATÉRIA SENSACIONALISTA DA GAZETA DO POVO

Na edição do jornal Gazeta do Povo, desse sábado, dia 19 de junho de 2010, foi veiculada matéria com a seguinte manchete: *Assembleia volta atrás sobre novo cadastro*. Na referida matéria, a reportagem sugere falta de transparência e dá destaque a uma alteração de redação de texto em notícia veiculada na internet como se tal alteração tivesse qualquer influência sobre o processo de cadastro da Assembleia.

Lamentavelmente, focando no sensacionalismo e no desapego com a colaboração ao processo de transparência da Assembleia, a matéria do jornal Gazeta do Povo critica com base em declaração anônima, o processo de cadastramento - o que dificulta qualquer verificação sobre a seriedade da matéria.

A alteração da redação e notícia divulgada no site da Assembleia, com a substituição do texto cadastramento tem objetivo de regularizar lotações e documentações para o objetivo de confirmar lotações e documentações para o objetivo de confirmar lotações e documentação não altera em absolutamente nada o processo de cadastramento apenas corrige a forma de redação para atender de modo fiel a declaração do setor competente.

Portanto, as confirmações dos cadastros serão realizadas justamente para evitar qualquer possibilidade de equívoco nos cadastros da Assembleia, especialmente em razão de recente operação de busca e apreensão realizada na Casa.

A Assembleia Legislativa do Paraná reconhece a liberdade de imprensa, mas ressalta que não mais tolerará notícias inverídicas, deturpadas e sensacionalistas que atingem indevidamente a imagem do Legislativo paranaense, confundindo a opinião pública em prol de interesses até agora desconhecidos.

A Assembleia lamenta profundamente que um grupo de comunicação supostamente preocupado com o combate a corrupção de enfoque praticamente exclusivo à Assembleia, sem reconhecer as inúmeras mudanças já promovidas na Casa, publicando, ao contrário, matérias sensacionalistas que nada contribuem ao processo de transparência realizado no Poder Legislativo e ao dever de informação da imprensa.

#### NOTA DE REPÚDIO À MATÉRIA MENTIROSA DA GAZETA DO POVO

Na edição do jornal Gazeta do Povo, desta segunda, dia 21 de junho de 2010, foi veiculada matéria com a seguinte manchete: *Transparência engavetada na AL*. Na referida matéria, a reportagem afirma em letras garrafais que o projeto estaria engavetado na AL. Lamentavelmente, focando no sensacionalismo e o desapego a verdade, a matéria do jornal Gazeta do Povo novamente se equivoca ao dizer que o projeto não teve seu andamento, bem como tenta usurpar desta Casa de Leis com medidas de verdadeira coação ao Poder Legislativo que tem a prerrogativa constitucional de legislar.

De qualquer modo, para que o restabelecimento da verdade seja feito, é que a presente nota vem esclarecer que o referido projeto de lei encaminhado no dia 09 de junho de 2010 foi protocolado no mesmo dia sob o número 8663/2010 e no dia seguinte - 10 de junho de 2010 - foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça que deverá dar seguimento ao feito nomeando um relator.

Eventual demora, que sequer existiu visto que o processo está na CCJ a menos de 12 dias, pode se justificar pelos diversos questionamentos já suscitados por alguns Deputados envolvendo vícios de origem e de forma do projeto de lei apresentado pela OAB/PR. Logo o engavetamento só se dá nas maliciosas reportagens da RPC/Gazeta do Povo.

Com relação ao mérito do projeto de lei autuado sob o número 265/10, cumpre informar que esta Casa é totalmente a favor de sua aprovação por dois motivos: primeiro, a maioria de seus dispositivos já está sendo integralmente cumprindo no Portal de Transparência da ALEP/PR, segundo, porque o projeto da OAB recomenda a limitação das publicações oficiais de todos órgãos estaduais, inclusive autarquias, exclusivamente na imprensa oficial e Diário Oficial do Estado.

O que já está ocorrendo aqui por esta Casa.

Faço questão de explicar a V.Exas., porque hoje quando almoçava com diversos Deputados, vi no olhar deles o espanto e as dificuldades. “nós não entendemos, a

maldade. O Diário Avulso, para que existe o Diário Avulso?” Ora, existem em todas as Assembleias e no Congresso. E nós explicamos claramente o porquê ele existe. Vincular esses Diários Avulsos, que dizem exclusivamente referente as PECs e que foram muitas apresentadas. Tenho aqui uma da Bancada do PT, dois do Deputado Jocelito Canto, outra do Deputado Professor Lemos. É perfeitamente normal para que evitemos na hora que V. Exas. forem votar as PECs, tenham que receber todo o Diário e todas as PECs que estão aqui dentro do Diário. Avulso é apenas por uma questão de facilidade. Então, faço questão, porque a Mesa Executiva tomou essa decisão e vamos responder a todas as questões na Justiça. Todo esse dinheiro gasto pelas notas oficiais que a Assembleia promove serão ressarcidos através da Justiça.

Pela ordem o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Penso que seria muito conveniente se a Presidência da Casa pudesse esclarecer aos Parlamentares e também à opinião pública, que não existe mais, na Assembleia Legislativa, Diário Oficial avulso que trate de atos administrativos. O que há é decorrente do Regimento Interno. Na semana passada até discutimos sobre essa questão do avulso, porque tem que se referir a qual Diário Oficial que é.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Hoje, ele já está constando assim, até por sugestão de V. Exa.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Quero que V. Exa. confirme para todos que não existe Diário avulso que trate de ato administrativo. Ou seja, de nomeação e exoneração. É importante que V. Exa. esclareça esse ponto.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi essa a intenção da nota oficial, talvez ela não tenha sido bem clara. Os Diários avulsos são exclusivamente para casos de PECs. E conforme hoje, V. Exa. ainda estava junto, quando o nosso Diretor Geral explicava, com riqueza de detalhes, de que maneira se processa isso, através da nossa gráfica e da nossa internet, como é feito, como se abrem às vezes janelas para publicação e que depois não são publicadas, de atos que não existem, mas que tem que estar na internet.

Nunca esta Casa buscou tanto, nunca a direção da Casa, a Mesa Executiva trabalha com tanto esforço, com tanto zelo para que jamais possamos correr risco de erros que tenham sido cometidos no passado, para sermos acusados injustamente, maliciosamente por essa rede do mal.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Entendo que V. Exa. faz um desabafo e compreendo a sua indignação, até porque sou testemunha dessa reunião, onde o Diretor Geral da Casa explicou. Entendo que é até uma tradição da Assembleia, porque as numerações dos atos não estão ocorrendo ao final do processo, mas no início. Até depois esse número pode ser anulado. Mas isso acho que o Diretor Geral pode explicar melhor para os Srs. Parlamentares.

Queria ir relativamente a um ponto que V. Exa. tratou no seu pronunciamento, é a questão do projeto que foi encaminhado para esta Casa, pela OAB da Seção Paraná.

Recebi com muita honra, diga-se de passagem, a incumbência que foi dada pelo Presidente da CCJ, o Deputado Durval Amaral, na última quinta-feira, para ser o relator, do âmbito da CCJ, do projeto de lei que foi encaminhado pela OAB do Paraná à Assembleia.

Pretendo amanhã já, Sr. Presidente, para não me desincumbir da tarefa que me foi dada pelo Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Senão vão dizer que você está engaventando o projeto.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Não, não acredito que vá acontecer isso. O que pretendo fazer, quero aqui até lhe informar e informar a todos os Parlamentares, que pretendo já amanhã fazer um pedido de lei complementar. Há algumas dúvidas sobre essa questão que envolve a constitucionalidade. Mas entendo que como os outros Poderes do Estado, e também serviços, como o Ministério Público, pretendo amanhã pedir cópias, que sejam extraídas e enviadas. E que possamos consultar e ter a opinião formal do projeto e conteúdo do projeto do Poder Judiciário, do Executivo, do Ministério Público do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas.

No âmbito interno pedir para que a COPELEGIS possa emitir um parecer acerca da constitucionalidade, até porque entendo que há temas que devam ser tratados por uma emenda constitucional.

Mas essa é uma questão de uma leitura que fiz do projeto de lei que foi encaminhado. No mérito, entendo que o projeto é muito bom, interessante, deve e merece ser debatido, embora quero dizer a V. Exa., Presidente Nelson Justus, que a PEC da Transparência, que o Governador Requião enviou para a Assembleia Legislativa, é mais ampla e profunda do que o projeto de lei que a OAB encaminhou à Assembleia Legislativa.

Isso é uma questão de mérito. O que quero dizer é que na forma como está quero, como relator, ouvir o que pensa o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, porque diretamente todos eles serão atingidos pelas normas legais que ali estão previstas.

É interessante promover esse debate, ele vai ser no sentido de responder a um clamor de transparência em relação à Assembleia, no caso específico do projeto na Administração Pública como um todo, mas indiscutivelmente é necessário que possamos formalmente consultar também os outros Poderes do Estado e o Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente! Confesso que desconhecia que V. Exa. teria recebido o projeto para relatar.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Foi na última quinta-feira, mas amanhã mesmo vou fazer esse pedido de diligências em relação especificamente ao que pensam os outros Poderes.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Antes de conceder a palavra a V. Exa. quero concluir o meu pronunciamento.

**(Lê):**

A Assembleia informa por muito tempo perdoou os graves equívocos do grupo RPC em suas matérias jornalísticas, por acreditar que o objetivo maior do grupo de comunicação era nobre, ou seja, iniciar uma ampla campanha pela transparência no Estado do Paraná.

Contudo, infelizmente, os ideais do grupo de comunicação não parecem ser os mais nobres. Mesmo com várias medidas de transparência adotadas por esta Casa, o grupo de comunicação além de não os divulgar, realiza novas matérias com graves erros e sensacionalismo - mesmo após receber as informações corretas da Assembleia.

A ideia do grupo RPC é colocar a opinião pública contra esta Casa de Leis, instituição pública do povo do Paraná. E contra essa campanha difamatória a Assembleia não se calará.

Uma coisa é a transparência, que está sendo implementada e todos nós Deputados apoiamos - outra coisa é o sensacionalismo - isso ninguém tolera. A partir de agora todo erro será objeto de pronta correções pelas vias legais, já que o grupo RPC não dá ouvidos à Assembleia.

A Assembleia Legislativa esclarece que todos os gastos com a publicação desta nota oficial serão objeto de ação de indenização contra a Rede Paranaense de Comunicação, visando o ressarcimento pelo dano material e moral causado a Casa de Leis do Povo do Paraná.

Por fim, ainda sobre o projeto de transparência, cumpre esclarecer que o mesmo nunca esteve engavetado, como maliciosamente afirma a Gazeta do Povo.

Engavetada está uma denúncia feita pelo Deputado Scarpellini em 2008 contra o grupo RPC/Gazeta do Povo nos órgãos de fiscalização e de proteção ao patrimônio público deste Estado. Esta sim está bem engavetada!



De qualquer sorte esta Mesa vem informar, que devido à falta de colaboração desta rede de comunicação com a busca pela verdade, a procuradoria da ALEP-PR tomará as medidas judiciais cabíveis, para que este Poder seja ressarcido dos custos de publicação das diversas notas oficiais publicadas com o único fim de restabelecer a verdade.

A mentira e o sensacionalismo tem vida curta. Nossa instituição é maior que tablóides sensacionalistas de grupos de interesses privados. Vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho, defendendo o patrimônio público covardemente atacado por interesse ainda desconhecidos. Ainda!

O Poder Legislativo do Paraná, assim como toda a sociedade, é a favor de um amplo movimento de transparência e combate a corrupção em todos os setores da iniciativa pública, principalmente na nossa, inclusive das concessionárias de comunicação e iniciativa privada. Estamos fazendo a nossa parte.

Finalmente esclareço que estarei enviando uma cópia a cada Deputado, dos esclarecimentos prestados através das notas oficiais.

Recebo um torpedo e não vou perdoar, não vou deixar de ler, que diz assim: *Engavetada, sim, está a denúncia feita pelo Deputado Scarpelini, em 2008, contra o Grupo RPC/Gazeta do Povo, nos órgãos de fiscalização e de proteção ao patrimônio deste Estado. Esta sim está bem engavetada.*

E os 54 Deputados sabem do que estou falando. Agradeço a lembrança do nosso telespectador e ouvinte.

Agora, sim, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas gostaria de solicitar a V. Exa., V. Exa. falou que há uma PEC que foi publicada, que é aquela PEC que o PT apresentou. Salvo engano, acredito que seja a PEC que propõe a mudança na forma de eleição da Mesa Diretora. É isso? E com isso, abrimos prazo a partir de hoje para recebermos as emendas? V. Exa. vai fazer a leitura, ao término do período?

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não lemos ainda. Abre a partir de hoje o prazo de três dias para emendas.

### Ordem do Dia:

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 061/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de

Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única, denominada Carreira Técnica de Extensão Rural e em cargo único, denominado de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 062/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei dispondo que a carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, de trata a Lei nº 15171/06, passa a denominar-se Carreira Técnica de Extensão Rural, sendo extinta ao vagar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, comunicando que o Deputado Wilson Quinteiro, foi indicado para exercer a função de Vice-Líder do Bloco PSB/PRB/PV, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Sr. Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, comunicando que estará ausente nas Sessões Plenárias dos dias 22 e 23 do corrente mês, devido ao fato se estar com compromissos agendados anteriormente em Maringá e Regiões Metropolitanas. **À Comissão Executiva.**

Comunicado de autoria do Sr. Presidente Nelson Justus, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda da Constituição nº 022/10, de autoria do Partido dos Trabalhadores, que objetiva alterar o artigo 61 da Constituição Estadual do Paraná, já foi publicada no Diário da Assembleia e está sendo distribuído em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para a apresentação das emendas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 120/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Presidente da URBS - Urbanização de Curitiba, a liberação de mais veículos nas linhas metropolitanas de transporte coletivo que ligam o Município de Curitiba a Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Almirante Tamandaré, atendidas pela Viação Sul Ltda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 121/10, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a duplicação da rodovia PR-569 que liga os Municípios de Marilena e Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 122/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que seja disponibilizado em todas as escolas públicas do Estado do Paraná computadores para deficientes visuais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 123/10, de autoria das Deputadas Rosane Ferreira, Beti Pavin e Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a implantação de um módulo da Polícia Militar no terminal Metropolitana Alto Maracanã, no Município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2084, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenário realizada no dia 16 de junho do corrente ano, em virtude de compromissos políticos assumidos em Municípios da sua base política. **À Comissão Executiva.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 467/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a Associação da Juventude de Almirante Tamandaré - AJA, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovada.**

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 467/08 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação da Juventude de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/06/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 134/10, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que altera o objeto constante no anexo VII do Plano de Aplicação da Lei nº 16369 de 29/12/09 (Orçamento). **Aprovada. (Publ. no DA nº 027/10, de 29/03/10, em Projetos de Lei).**

## 2ª Discussão

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/10, que extingue o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM e denomina, a Minerais do Paraná S/A de MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, nos seguintes termos.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 072/10

Inclua-se onde couber:

“Art....-O Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, para que surtam os efeitos legais da referida extinção, fica obrigado a apresentar todas as certidões negativas de débitos.”

Sala das Sessões, em 21/06/10.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio

Teruo Kato, Jocelito Canto, Tadeu Veneri e Dr. Batista.

O inteiro teor da emenda aditiva é: *O Fundo Paranaense de Mineração, para que surta os efeitos legais de referida extinção, fica obrigado a apresentar todas as certidões negativas de débito.*

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, é que há uma emenda da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim. São duas emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para informar que a emenda apresentada pelo Deputado Elio Rusch subverte a lógica do projeto. Ele quer extinguir, na verdade, o projeto com a emenda, que obviamente retornará à CCJ. Mas, há uma dúvida sobre essa emenda, que contraria o Projeto de Lei Complementar nº 095/98, em relação à técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Caberá, portanto, à CCJ, avaliar essa questão.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só para dizer que a emenda que apresentamos foi na Comissão de Finanças, porque entendemos que não cabe ao Governo, no final do seu mandato, extinguir fundos. Que deixe isso para o novo Governador. Na verdade ele não diverge com o projeto, não. Mas isso vamos discutir depois, no mérito. Foi essa a razão de apresentarmos essa emenda. Antes de vir para o Plenário ele foi para a CCJ, por essa razão está em 2ª Discussão e o Deputado Neivo Beraldin apresenta outra emenda. Então, são duas emendas. Se a nossa emenda for aprovada, automaticamente fica prejudicada a emenda do Deputado Neivo Beraldin, mas se a nossa emenda por acaso for rejeitada, vai-se discutir também a emenda do Deputado Neivo Beraldin. Essa sim que contraria com a nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Só quero esclarecer que o nosso objetivo é de que a extinção venha amparada pelos quesitos normais do que é encerrar uma fundação, uma emenda pública. Ela tem que vir com todas as suas certidões, demonstrando que não há outros compromissos que possam depois, em uma ação legislativa sem os maiores conhecimentos, encerrar uma empresa que tem a sua atividade envolvida em recursos e outras coisas mais sem essas informações. Não é nada mais do que isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Até para informar ao nobre Deputado Neivo Beraldin, porque na verdade entendo que quando o Governo enviou para esta Casa a proposta de extinção do referido fundo, o fez por determinação do Tribunal de Contas do

Paraná, que julgou necessária, na aprovação das contas do Governador em 2008, tendo em vista que faz mais de três anos que esse fundo não possui movimentação orçamentária e financeira. E o próprio Presidente da MINE-ROPAR veio aqui, Eduardo Salamuni, conversar conosco sobre o tema, que é favorável e é necessária a extinção do fundo.

O Governo é Governo até o dia 31 de dezembro de 2010, e certamente o futuro Governador, seja o Orlando Pessuti, seja o Beto Richa, certamente um deles manterá o que está proposto aqui, porque é desnecessário. É isso, Sr. Presidente.

O Deputado Elio Rusch quer que eu lembre aqui também do Osmar Dias, que é o candidato do coração dele, mas que obviamente, certamente como o DEM está coligado com o PSDB do Beto Richa, ele vai ter que apoiar o Beto Richa, sendo do coração ou não. Mas no momento certo, Sr. Presidente, vamos votar o mérito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O projeto volta à CCJ.

## 1ª Discussão

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que proíbe a manutenção e a comercialização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CEMA, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA SUBEMENDA. (Publ. no DA 132/07, de 17/10/07, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 737/07

#### P A R E C E R :

O nobre Deputado Luiz Nishimori, apresentou projeto de lei que proíbe a manutenção e a comercialização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências.

Considerando, os grandes esforços que a sociedade tem feito em defesa dos animais que muitas vezes são mutilados, expostos à técnicas cruéis de adestramento e apresentados em público em situações que ferem a dignidade de sua espécie, na maior parte das vezes, diante das crianças que são a nossa geração futura, dificultando a sua relação com o meio ambiente.

Considerando, a questão ética da exposição desses animais ao ridículo, o que muitas vezes provocam a sua irritação e até a rebelião, colocando muitas vezes as vidas dos espectadores em risco.

Considerando que a Constituição Federal afirma em seu artigo, inciso VI:

*Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

A mesma Carta Magna, no Capítulo VI, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, diz:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente geração e para as futuras.*

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.*

Ainda, existe o amparo da Constituição Estadual que em seu Capítulo V - do Meio Ambiente - artigo 207, parágrafo 1º, inciso XIV, onde diz:

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações, presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

*§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:*

*XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.*

Considerando a necessidade de algumas alterações para que o projeto não venha a prejudicar determinadas práticas que já são consideradas como desportivas, possuindo suas regras próprias de controle, adestração e manutenção, apresentamos em anexo, um Substitutivo Geral, que adapta o texto às necessidades que a sociedade precisa.

Portanto, considerando-se o texto do Substitutivo Geral e que não existe óbice legal para a sua tramitação, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 737/07

Acrescenta-se ao artigo 4º a expressão: "...os espetáculos de rodeio, por já terem se solidificado como esporte em todo o País e as exposições pecuárias".

O Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica proibida, em todo o território paranaense, a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais.

Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos.

Art. 3º A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

Art. 4º Isenta-se da proibição prevista no artigo 1º os eventos de natureza científica, educacional ou protetional, sem fins lucrativos e os espetáculos de rodeio, por já terem se solidificado como esporte em todo o País e as exposições pecuárias.

Art. 5º A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

I - interdição imediata do espetáculo;

II - cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora de espetáculo;

III - pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

Art. 6º O contido nesta lei, não impede as sanções previstas em programas de proteção aos animais em sua área de abrangência, nos Municípios que os tenham regulamentados.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

#### JUSTIFICATIVA:

Para justificar o presente projeto de lei, fomos buscar primeiramente o seu amparo legal, tendo em vista a necessidade de se buscar uma regulamentação que proteja os animais e que proteja os animais e que não fira qualquer princípio legal.

A Constituição Federal afirma em seu artigo 24, inciso VI:

*Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

A mesma Carta Magna, no Capítulo VI, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, diz:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao*

*Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futura.*

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.*

Ainda, existe o amparo da Constituição Estadual que em seu Capítulo V - Do meio Ambiente - artigo 207, parágrafo 1º, inciso XIV, onde diz:

*Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.*

*§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:*

*XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam aos animais à crueldade.*

Assim, chamadas para testemunhar, ambas as Constituições Federal e Estadual, e, estando comprovado o fato de que os animais de circo são frequentemente, mutilados, expostos à técnicas cruéis de adestramento e apresentados em público em situações que ferem a dignidade de sua espécie, principalmente, diante das crianças que são a nossa geração futura, dificultando a sua relação com o meio ambiente;

Considerando, que a manutenção desses animais por ser bastante onerosa, normalmente não é suficiente em quantidade e qualidade para o sustento dos animais, e;

Considerando, ainda, a questão ética da exposição desses animais ao ridículo, muitas vezes, o que pode provocar a irritação desses animais, fazendo rebelar-se e colocar em risco a presença do público que assiste ao espetáculo (sic). Esse risco pode ser sanitário ou de segurança física.

Risco Sanitário porque a ausência total ou parcial de um controle adequado do estado de saúde dos animais pode levar a transmissão de doenças - inclusive zoonoses - nos Municípios por onde o espetáculo passe.

O risco de segurança física pode advir de acidentes fatais já ocorridos em nosso País, envolvendo esses animais, devido a precariedade da segurança oferecida durante a apresentação dos espetáculos. Esse risco de acidentes pode ser compactuado pelas Prefeituras que fornecem o alvará de funcionamento.

Além disso, existe o fator de qualidade e tamanho das jaulas ou outro espaço físico disponibilizados para os animais, contrariando totalmente a sua natureza. Sem contar a falta de cuidados veterinários que faltam aos animais expostos.

Assim sendo, busco o apoio dos demais Pares desta Casa, para a aprovação da presente lei, que outra coisa não pretende senão proibir a utilização dos animais acima citados em espetáculos circenses, que não sejam os de conservação da fauna em território do Estado do Paraná.

Assim, na forma de substitutivo geral, ressaltando-se o que a maioria da sociedade exige pelos seus hábitos e costumes, somos pela sua tramitação.

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 737/07

#### P A R E C E R :

A proposta de projeto de lei do nobre Deputado Luiz Nishimori proíbe a manutenção e a utilização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses animais e dá outras providências.

Diante do que sugere a proposta, cumpre destacar que a Constituição Federal Brasileira, Carta Magna do nosso ordenamento jurídico, tutela amplamente a defesa dos direitos dos animais. Em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, estabelece que é dever do Poder Público proteger a fauna, vedando qualquer prática que submeta animais à crueldade ou que possa colocar em risco a continuidade da espécie.

Cumpre ainda destacar que a Constituição Estadual subscreveu em seu texto legal, em seu artigo 207, parágrafo 1º, inciso XIV, os mesmos fundamentos legais, ressaltando a necessidade e a importância da proteção destacada na Constituinte Federal, conforme:

*Art. 207, § 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:*

*XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam aos animais à crueldade.*

Além dos preceitos constitucionais, a defesa desses animais encontra respaldo na Lei Federal nº 9605/98 que trata sobre os crimes ambientais e estabelece sanções para aqueles que violarem seus dispositivos. Em seu artigo 32, *caput*, a mesma lei destaca a pena de detenção contra o abuso, maus-tratos ou qualquer tipo de violência contra os animais, sejam eles silvestres, domésticos, nativos ou exóticos.

Acrescenta-se ainda que os animais explorados em espetáculos circenses passam por métodos tortuosos de adestramento, considerando que as apresentações exigem exibições que não fazem parte de sua inteligência natural.

Não obstante o respaldo legal, é imprescindível salientar que o *habitat* desses animais é na própria natureza, berço do seu nascimento e local adequado para a sua perpetuação. Além disso, o lazer humano independe do abuso e maus-tratos de animais, o que se comprova em espetáculos criativos e inteligentes que não os exploram.

Considerando a necessidade de alterações para que o projeto de lei não venha a prejudicar outros seguimentos, optamos por elaborar parecer na forma do substitutivo geral (anexo), para que possa adequar o projeto de acordo com o interesse público.

Sendo assim, nosso parecer é favorável para sua tramitação na forma da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 28/02/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
ROSANE FERREIRA - Relatora

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 737/07**

O Projeto de Lei nº 737/07, que proíbe a manutenção e a utilização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses animais e dá outras providências.

Em conformidade com o artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, suprime-se parcialmente o artigo 1º, integralmente o artigo 4º, complementa o artigo 2º e modifica o artigo 6º, passando a ter a seguinte redação:

“Súmula: Proíbe a manutenção e utilização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida, em todo o território paranaense a apresentação, a manutenção e a utilização, sob qualquer pretexto ou justificativa, de animais selváticos e/ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses.

Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos, sendo vedado expressamente a sua exibição ou exposição nos espetáculos de circo.

Art. 3º A referência do artigo anterior, não exime das responsabilidades legais ou penais, os seus donos em eventuais danos morais ou físicos.

Art. 4º A desobediência ao contido nesta lei, implicará nas seguintes sanções:

I - Interdição imediata do espetáculo;

II - Cancelamento da licença de funcionamento da empresa promotora do espetáculo;

III - Pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão expedidor do alvará de funcionamento.

Art. 5º Independentemente das sanções previstas na presente lei, poderá sofrer outras sanções federais ou municipais, bem como o devido processo criminal pertinente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/02/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
ROSANE FERREIRA - Relatora

Apoioamento:

Luiz Fernandes Litro e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Na justificativa do projeto encontramos diversos elementos que demonstram a importância da proibição de uso de animais em espetáculos circenses, ficando clara a intenção do legislador de proibir a utilização desses animais nos circos. Não houve nenhuma intenção do Parlamentar em proibir eventos de natureza científica, educacional ou protecional, sem fins lucrativos, nem mesmo concursos de raças, exposições agropecuárias ou rodeios.

Com base nos dados acima mencionados, cabe a essa Comissão analisar o projeto quanto ao seu aspecto ecológico.

Verificando o substitutivo geral da CCJ, é possível observar que o objetivo central do referido projeto é a proibição dos animais em circos. Ou seja, a expressão “... quaisquer outros que explorem esse tipo de animais...” presente na súmula e no artigo 1º, deixa de ser necessária.

No artigo 2º, faz-se necessário uma complementação no sentido de proibir a exibição e/ou exposição dos animais em circos.

Já o artigo 4º perfaz uma exceção desnecessária, pois a possibilidade de que eventos de natureza científica, educacional ou protecional façam uso de animais não faz parte do objetivo do projeto de lei, pois como já exaustivamente demonstrado, o objetivo é a proibição de animais em circos.

Quanto ao artigo 6º, verificou-se a necessidade de apenas alterar a forma do texto existente, com o objetivo de evitar entendimentos contraditórios.

Diante dos argumentos mencionados, apresentamos emenda supressiva ao substitutivo geral da CCJ, trazendo os elementos aludidos pelo relator, Deputado Caíto Quintana, ao mesmo tempo em que garante a proibição de animais nos circos, continua permitindo o uso de animais em outros usos como os rodeios, pesquisas científicas, trabalhos escolares, exposições agropecuárias, feiras de raças, etc.

Dessa forma, somos favoráveis ao prosseguimento do projeto de lei em análise, na forma da emenda dessa Comissão.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO  
DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO  
PROJETO DE LEI Nº 737/07**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

A Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 737/07, apresentada pela Deputada Rosane Ferreira na

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, tem como escopo suprimir o artigo 4º, parte do artigo 1º, complementar o artigo 2º e modificar o artigo 6º do referido projeto.

#### **Fundamentação**

Inicialmente, devemos observar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que estabelece que as proposições poderão ser emendadas, por qualquer Deputado, nas Comissões:

*Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:*

*II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento Interno. (grifos nossos).*

Desta forma, fica claro que a Deputada Estadual responsável pela apresentação da emenda em análise possui a prerrogativa necessária para propor uma emenda dentro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, bem como em qualquer outra Comissão desta Casa de Leis.

Após analisada a competência para propor a emenda, cabe observar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso VI, assim estabelece.

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (Grifo nosso)*

A referida Carta Constitucional atribuiu aos Estados competência concorrente para legislar sobre o meio ambiente e consagrou como obrigação do Poder Público a defesa, preservação e garantia de efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consoante o dispositivo transcrito a seguir:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*(...)*

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.*

Desta forma, fica claro que a Deputada Rosane Ferreira, ao propor tais alterações dentro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, exerce suas prerrogativas, não havendo óbice quanto à iniciativa ou quanto a matéria abordada.

Ocorre que, para assegurar que os animais recebam a proteção pretendida pelo projeto inicial, acreditamos que faz-se necessária a inclusão de um artigo determinando que os circos só poderão se desfazer de animais quando estes forem recebidos por zoológicos ou similares. Desta forma, sugerimos uma subemenda

modificativa à emenda substitutiva geral em análise com o objetivo de incluir tal disposição e retirar a vedação da exibição dos animais.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, tendo em vista que a presente emenda substitutiva encontra-se revestida de legalidade e constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação, na forma da subemenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 23/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA MODIFICATIVA À EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI Nº 737/07**

#### **P A R E C E R :**

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafos 4º e 7º, I e 141, II, fica alterado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 737/07, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica excluída da proibição de que trata o artigo 1º desta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos.

Parágrafo Único. Os circos só poderão se desfazer dos animais quando os mesmos foram recebidos por zoológicos ou similares.

Sala das Comissões, em 23/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Em discussão, em votação.

#### **O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Para Encaminhar) (Lê):**

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acredito que este projeto é bastante polêmico, pois já faz dois anos e meio que ele circula aqui nesta Casa. Mas, dada a insistência da sociedade é que resolvemos trazê-lo à discussão deste Parlamento, pois é uma realidade efetiva que essa situação de animais em espetáculos circenses deve ser discutida com a seriedade que ela merece.

É sabido que o circo constitui um dos bens do patrimônio cultural brasileiro, cuja atividade está assegurada nos termos da Constituição Federal, em todo o território brasileiro.

Exatamente por fazer parte do patrimônio cultural deste País é que ele precisa ser regulamentado, para ser preservado e cumprir a sua verdadeira finalidade que é divertir, entreter, sem nunca perder a sua identidade.

Mas, posso assegurar aos Srs. e Sras. Deputados, que nada teria contra a utilização de animais nos circos, não fora duas importantes ponderações que têm sugerido nos últimos anos: os maus tratos aos animais e a preocupação com as espécies em extinção.

Curitiba já tem uma lei específica sobre o assunto, que tem polarizado as atenções, e centenas de outros Municípios brasileiros têm se antecipado ao Estado e trataram do assunto com maior agilidade, proibindo a utilização de animais nos espetáculos circenses.

Esse projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, e quando o seu parecer foi apresentado surgiram algumas emendas e entre elas encontra-se a que exclui da proibição os animais das raças bovina e equina, participantes dos espetáculos de rodeios, porque sabemos que rodeios já são considerados como esporte e dessa maneira foram excluídos para que não haja prejuízo aos rodeios e também para as exposições agropecuárias.

Mas, existe também o problema da má alimentação aos animais, ainda existem os maus tratos, os quais estão enquadrados nas leis de crime ambiental e são considerados crimes contra a natureza.

Segundo o IBAMA, é comum macacos terem os dentes arrancados; tigres e leões terem as garras arrancadas e os elefantes, que na vida normal e no seu meio natural andam mais de 40 quilômetros por dia, vivem mantidos em cativeiro e acorrentados.

Por isso é preciso se fazer alguma coisa para impedir que esses animais que estão à disposição dos circos para espetáculos, sejam eles de origem selvagem ou de nascimento doméstico, continuem recebendo maus tratos e fechados em jaulas minúsculas, sem conforto e sem o tamanho ideal.

O projeto que estamos propondo a sua discussão e aprovação é seguro e racional, pois proíbe a utilização de animais em espetáculos circenses. Preserva o esporte e as exposições agropecuárias, feiras e assegura tranquilidade para a população.

Por isso, peço aos nobres Pares desta Casa o apoio necessário para que aprovemos este projeto de lei, para que o Paraná mostre ao Brasil e ao mundo que estamos preocupados com a preservação da fauna brasileira."

Muito obrigado.

**O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro gostaria de parabenizar o Deputado Luiz Nishimori pela preocupação com os animais. esse é um tema que sempre me atrai, o qual defendo. Sou totalmente contra a exploração de animais num circo, sob o ponto de vista da crueldade. Mas gostaria de fazer algumas ressalvas. Por exemplo: há lugares maravilhosos como a Sea World, que volta e meio vai para o mundo todo, mas não poderiam vir mais para o Paraná. Os cavalos de Viena, que são cavalos treinados, os melhores do mundo, os mais bem tratados do mundo, muito bonito o espetáculo, não poderiam vir mais para o Paraná. Ou um circo, a nível do Brasil, como Orlando Orfei, que tem animais bem tratados e não poderá mais vir ao Paraná. Não sei até que ponto prejudicaríamos esses animais. Na realidade sou

contra crueldade. Tem que ser fiscalizado e prender quem faz isso. Adoro animais, tenho pássaros e cachorros na minha residência, que meus filhos brincam. Fiz uma lei proibindo exploração dos animais que ficam, largados como segurança em locais inadequados. Mas um circo bem cuidado, não sei se precisaria ser proibido a sua existência no Paraná ou a vinda dele ao Paraná.

Então, neste momento vou votar contra. Não que eu seja contra a ideia, mas acho que há exceções que não foram tratadas no assunto.

Muito obrigado.

**A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Para Encaminhar)**

O projeto de autoria do Deputado Luiz Nishimori tramita nesta Casa desde 17 de outubro de 2007. Ele tinha no seu artigo 1º a seguinte forma de expor: *Fica proibido em todo território paranaense a apresentação, manutenção e utilização, sob qualquer pretexto e justificativa de animais circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais.*

Tivemos, enquanto integrante da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, o cuidado - com a devida anuência do Deputado Luiz Nishimori, autor do projeto - de retirar uma parte do artigo 1º, e/ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais. Suprimimos essa expressão para que realmente essa lei visasse exclusivamente animais em circos.

Quero lembrar o Deputado Stephanes Júnior que em Curitiba já é proibido. Essa lei há muito tempo já foi aprovada na Capital do Estado, e os cavalos de Viena e o Sea World não poderão ser expostos na Capital do Estado do Paraná. Esses tipos de espetáculos circenses e a exploração desses animais já são proibidos em Cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, e outras grandes Cidades do Brasil.

Então, estamos protegendo a nossa biodiversidade. Não é só a questão de estar em circos que não tenham poder econômico suficiente para garantir uma vida digna a esses animais, mas todo o processo de treinamento é absolutamente cruel.

Quando Deus fez o mundo, fez de forma perfeita, cada um no seu papel e o planeta funcionando em perfeita harmonia. Quando isso não ocorre é por interferência do homem. Elefantes não foram feitos para erguer a pata, para dar voltinhas; cavalos não foram feitos para divertir o homem; mas para cumprir o seu papel na biodiversidade.

Quero parabenizar o Deputado Nishimori e dizer que esta sua lei vem ao encontro do anseio de toda uma parcela da sociedade paranaense, que se preocupa não só com os animais, Deputados Nishimori, mas com a harmonia da vida sobre o planeta.

Muito obrigada.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**



Só queria perguntar ao Deputado Nishimori como é que fica a questão dos cavalos e dos touros nos rodeios. Fica à vontade? Podem fazer os rodeios? Eu queria perguntar, porque o Deputado Nishimori e a Deputada Rosane disseram que machuca os animais, mas os animais de rodeios também não são?

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Presidente, desculpa estar quebrando o protocolo e a forma de caminhar desta Casa, mas me permita que eu responda ao Deputado Jocelito Canto.

Temos que dar um passo a cada momento, Deputado. Foi justamente por causa dos animais dos rodeios que esta lei, que já teve tramitação em outro momento nesta Casa, quando eu não era Deputada, teve o problema de não prosperar por causa dos animais de rodeios. Na sua hora trataremos deste assunto no Paraná. Neste momento, queremos cuidar dos animais em circos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só fiquei preocupado porque quando se fala em animais acho que envolve todos os animais. Acho que um animal não é diferente do outro, todos são iguais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Solicito a votação pelo painel para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos usar o painel. Deputados que forem favoráveis ao projeto do Deputado Luiz Nishimori, item 04, Projeto nº 737, votam com a expressão SIM; Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Hoje, estamos votando a constitucionalidade, não é o mérito. Então, pela constitucionalidade, tudo certo. Não tem que dizer que projeto não seja constitucional. Depois, no mérito, sim, aí poderão ser apresentadas as emendas e cada um poderá defendê-las. É importante que se separe exatamente essa questão, porque senão a pessoa vota a favor ou vota contra. Então, hoje, estamos votando a constitucionalidade, depois se vota o mérito.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Elio Rusch, quero lembrar que a CCJ votou por unanimidade o projeto na constitucionalidade. Acho que no mérito, como o Deputado Elio Rusch falou, obviamente na sequência, os Deputados irão discutir o mérito que, aliás, era o que o Deputado Jocelito Canto estava fazendo, dentro do mérito que é o seu direito, mas discutiremos amanhã o mérito. Hoje, a constitucionalidade deve ser votada e acredito que, como a própria CCJ já colocou, o projeto é constitucional. Claro que os Deputados aqui vão decidir, mas constitucional ele é.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida. Vamos ao painel. Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

(Procede-se à votação pelo painel)

Vamos à apuração: 29 Deputados votaram; 25 Srs. Deputados votaram SIM; três Srs. Deputados votaram NÃO. Está **aprovado** o projeto.

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CSP. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 128/09, de 26/10/09, em Projetos de Lei).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 586/09

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tem o objetivo de tornar obrigatória a especificação do valor calórico dos alimentos oferecidos em cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares. Por meio destas informações, os consumidores poderão efetuar controle alimentar e evitar doenças como a obesidade.

#### Fundamentação

A Constituição Federal determinou como competência concorrente entre União, Estados e Municípios a elaboração legislar acerca das relações de consumo:

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*V - produção e consumo;*

Neste caminho, a Lei nº 8078/90 estabeleceu uma série de direitos ao consumidor com o intuito preservar sua saúde, dignidade e segurança, bem como harmonizar as relações consumeristas.

Entre estes direitos o CDC elencou o de obter informações precisas sobre a composição dos produtos oferecidos no mercado. Vejamos:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;*

*II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;*

*III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificado correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (...)*

O projeto de lei em tela busca resguardar exatamente este direito, possibilitando que o consumidor saiba exatamente as propriedades calóricas dos produtos que irá consumir.

Destarte, a proposição está consoante com a competência legislativa e não encontra nenhum empecilho para prosperar.

No que tange à legalidade, o projeto verificou os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, não havendo incoerência alguma para sua plena aplicação.

Por derradeiro, insta salientar que existem proposições semelhantes tramitando nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul (Projeto de Lei nº 123/09) e São Paulo (Projeto de Lei nº 719/08).

#### **Conclusão**

Desta forma, em sede de análise prévia, opinamos pela constitucionalidade do projeto de lei que ora se analisa, pelos motivos já expostos e sua aprovação, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 586/09**

Nos termos do artigo 137, parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a seguinte proposta de emenda supressiva:

“Art. 1º O artigo 5º do Projeto de Lei nº 586/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º (REVOGADO)”.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

#### **COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 586/09**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-food e similares.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para análise.

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez é preciso que o consumidor tenha conhecimento sobre o que está ingerindo, para que assim possa equilibrar sua alimentação e ter sua atenção despertada para a necessidade de se ter uma melhor qualidade de vida.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente  
PEDRO IVO - Relator

#### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 586/09**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-food e similares.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo do consumidor ter conhecimento sobre o que esta ingerindo, terá como equilibrar a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com mais qualidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 586/09.

Sala das Comissões, em 07/06/10.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
MARCELO RANGEL - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2118, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 07 (sete) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 07 (sete) Sessões do Projeto de Lei nº 586/09.

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/10, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 605/10, reajusta, no percentual de 5,16% os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, do quadro de pessoal e do quadro de oficiais de promotoria do Ministério Público do Paraná, dos cargos de provimento em comissão e as respectivas gratificações. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/10, de 19/05/10, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 231/10

## P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, tem por objetivo reajustar em 5,16% os vencimentos básicos dos Quadros dos Servidores Ativos e Inativos, do Quadro Pessoal e do Quadro de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, dos cargos de provimento em comissão e as respectivas gratificações.

**Fundamentação**

Em um primeiro momento, cumpre-nos analisar a competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114, parágrafo 2º:

*Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*

*§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remunerada e os planos de carreira.* (Grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 27, X da Constituição Estadual:

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.* (Grifo nosso)

Observamos assim, que a competência para o reajuste da remuneração dos vencimentos básicos Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, é assegurada ao Ministério Público, razão pela qual o projeto de lei configura-se como a forma adequada para que o projeto de lei seja debatido pela Assembleia Legislativa do Estado.

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que atribui ao Ministério Público a autonomia administrativa, conforme explica José Afonso da Silva, em relação ao Ministério Público da União:

“Essa foi a orientação doutrinária que informou a elaboração das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmaram os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e o plano de carreira. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de lei nessas matérias.”<sup>1</sup>

Seguindo o magistério de José Afonso da Silva, observa-se, portanto, que a iniciativa para propor reajuste da remuneração dos servidores do Ministério Público compete tão somente a ele. Ainda que o projeto trate sobre revisão salarial, a legitimidade para apresentação da proposta continua sendo do próprio Ministério Público, pois se está autorizado o aumento salarial, não haverá óbice quanto à proposta de reajuste.

Desta forma, fica claro que ao propor o projeto de lei em análise, o Ministério Público encontra-se no exercício da sua competência privativa, não havendo óbice à sua normal tramitação.

Em relação à necessidade de lei para fixação de reajuste, assim decidiu o Supremo Tribunal Federal:

*Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis Federais nº 11169/05 e 11170/05, que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (artigos 2º 37, X, e 61, parágrafo 1º, II, a, da Constituição Federal): desrespeito ao princípio da isonomia (artigos 5º, caput, da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (artigo 169, parágrafo 1º, da Constituição Federal). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do artigo 169, parágrafo 1º, da Carta Magna. Precedentes: ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 1.6.2001; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13.6.2003. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente (grifo nosso)*

Destarte, vemos, portanto, que a proposição do projeto de lei, não acarreta em violação à qualquer dispositivo legal.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que acompanha o projeto a estimativa de impacto para os exercícios financeiros subsequentes.

---

1. SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo. 29. ed. pg. 598.

A Lei Complementar 101/00, no artigo 18, estabelece o que se entende como despesa de pessoal:

*Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.*

A mesma Lei Complementar, no seu artigo 20, fixa os meios de controle com as despesas de pessoal. Vejamos:

*Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:*

*I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;*

*II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.*

*Parágrafo Único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20.*

Vejamos o que dispõe os artigos 16 e 17 da Lei Complementar supramencionada:

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

Bem, vejamos então, para melhor esclarecimento, quais são as exigências dos artigos 16 e 17 da LRF, citados no inciso I do artigo 21. Diz o artigo 16 que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa terá que ser acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de haver, necessariamente, declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual

e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O artigo 17 considera, em síntese, obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios. No seu parágrafo primeiro, o artigo 17 reitera que atos que criem ou aumentem despesa têm que ser instruídos com a estimativa prevista no artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Desta forma, não há óbice no que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que a estimativa de impacto para os exercícios financeiros subsequentes acompanha o corpo do projeto.

O impacto acarretado pelo reajuste se faz necessário para que se verifique o atendimento aos limites de despesas estabelecidos no artigo 2, II, "c":

*Art. 20. A repartição dos limites globais do artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*

*II - na esfera estadual;*

*d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;<sup>1</sup>*

Segundo os demonstrativos anexados, o impacto na despesa total com pessoal da instituição, considerando os ativos e inativos, para o exercício de (maio/dezembro), em percentual, será de 0,00965% que, com este acréscimo, para a ser de 1,489%, de onde conclui-se que não transpõe os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrado óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

### **Conclusão**

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentados pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação, observada a proposta de emenda apresentada.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

1. Disposição repetida pela Lei Estadual nº 15917: Art. 38. No exercício financeiro de 2009 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente. § 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, não poderá exceder os seguintes percentuais:

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 231/10

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná, tem como escopo o reajuste de seus servidores, no percentual que especifica, apta a representar a reposição salarial, com amparo na revisão geral anual.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à aprovação da proposição, pois explicita em seu bojo o impacto financeiro-orçamentário, que resultará em 1,489% da despesa com pessoal, dentro, portanto, dos limites Lei Complementar 101/00.

Assim sendo, à vista das disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09/06/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

Peço a atenção dos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda à Constituição nº 022, de autoria do Partido dos Trabalhadores, que objetiva alterar o artigo 61 da Constituição do Estado do Paraná, já foi publicado no Diário da Assembleia Legislativa que está sendo distribuído, em avulso, para o conhecimento dos Srs. Deputados. De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2088, 2089 e 2113, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2090, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2092, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2093 a 2097, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2100 a 2101, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2102 a 2104, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2106, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2107, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2112, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que esse Diário Avulso que está dando essa polêmica toda, é que o Luiz Claudio Romanelli continua ainda como Líder do Governo. De repente, é isso que está complicando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pode ser. Esses Diários Avulsos vão para a caixa de correspondência dos Deputados, junto com o Diário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Olha, Presidente, embora eu pense que o Deputado Fernando Scanavaca, que fez aqui uma brincadeira, mas é um bom momento para mostrar o seguinte: o Regimento Interno prevê justamente a edição do avulso do Diário Oficial relativo a matéria específica, que são as Propostas de Emendas à Constituição. E agora, para que não haja mais dúvida, penso que agiu corretamente a diretoria legislativa, porque é o seguinte: avulso referente ao Diário nº 51, de 18 de maio de 2010. Ou seja, o avulso mostra que ele é filho de um pai. Quem é o pai? É justamente o Diário Oficial nº 51. Penso que isso acaba com a controvérsia que o avulso traz. É justamente para poder veicular no plenário, e a quem interessar possa, a matéria que está destacada para poder ser discutida. Nesse caso específico é bom chamar a atenção, essa emenda constitucional, está aberto o prazo para apresentação das emendas ou de alteração do texto.

Eu, como Presidente desta comissão especial que analisará a constitucionalidade, quero chamar a atenção, porque depois desse prazo não será mais possível se ofertar emendas a essa PEC que trata sobre a questão que envolve o mandato, a reeleição ou não dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu que agradeço a colaboração.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 344/09 e 106/10.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 737/07 e 231/10.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 175/10 e do Projeto de Lei nºs 232/10.
- DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/10

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Diretoria de Apoio Técnico  
Pregão Eletrônico

RESULTADO DE LICITAÇÃO

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 002/10.  
**Protocolo:** 5223/10.  
**Objeto:** 15 Fitas Super Ait 500 Gb para backup.  
**Vencedora:** Maria Campos Luize.  
**Valor:** R\$ 12.379,95.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

